

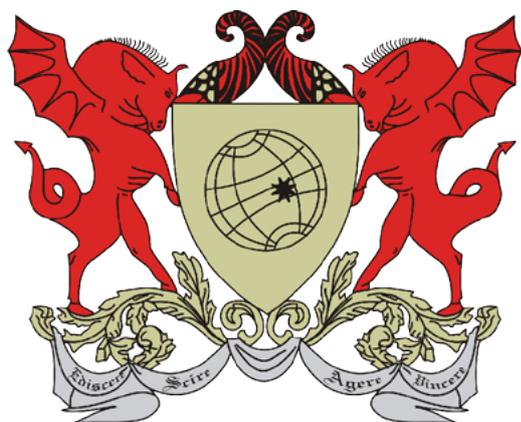


LICENCIATURA EM  
**MATEMÁTICA**

# EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Geraldo Márcio Alves dos Santos





## **Universidade Federal de Viçosa**

### **Reitora**

Nilda de Fátima Ferreira Soares

### **Vice-Reitor**

Demétrius David da Silva



Coordenadoria de  
Educação Aberta e a Distância

### **Diretor**

Frederico Vieira Passos

*Prédio CEE, Avenida PH Rolfs s/n  
Campus Universitário, 36570-000, Viçosa/MG  
Telefone: (31) 3899 2858 | Fax: (31) 3899 3352*

SANTOS, Geraldo Márcio A, dos - Educação e Cidadania. Viçosa - MG: UFV/CEAD, 2013.

**Layout: Diogo Rodrigues**

**Capa: Daniel Fardin**

**Diagramação: Pedro Augusto**

**Revisão Final: João Batista Mota**

# SUMÁRIO

- 5 INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA
- 8 EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA FORMAÇÃO DO MUNDO MODERNO
- 14 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SUAS CONTRADIÇÕES
- 20 EDUCAÇÃO E CIDADANIA NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO
- 25 ESTADO E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL PÓS-1930
- 29 EDUCAÇÃO E CIDADANIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
- 39 EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA NOVA REPÚBLICA
- 43 EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIVERSIDADE: A EMERGÊNCIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

# EDUCAÇÃO E CIDADANIA

**Geraldo Márcio Alves dos Santos**

## APRESENTAÇÃO

Olá!

Esta apostila apresenta conteúdos que serão trabalhados em nossa disciplina: *Educação e cidadania*. Aqui, apresentaremos alguns conceitos que exploraremos em nossas aulas, bem como textos que servirão de suporte para nossas reflexões.

É importante ressaltar, porém, que este é um material de apoio: seu uso não exclui a necessidade de se servir de outras fontes que abordam as temáticas discutidas pela disciplina.

Diante das possibilidades proporcionadas pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), indicamos alguns *sites* para pesquisas de vários temas relacionados à nossa disciplina. A partir deles, será possível a ampliação de seu conhecimento. Mas lembre-se: para sua segurança, todas as informações devem ser questionadas e comparadas com outras fontes.

Esperamos que este material o auxilie na construção do conhecimento, favorecendo uma análise crítica da realidade a partir do debate sobre a Educação e a cidadania.

Bons estudos!

# INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA

## 1. Educação e cidadania na Grécia Antiga

### 1.1. Conceito de educação a partir dos gregos

Passaremos a descrever, de forma sucinta, como o processo educativo se desenvolveu na Grécia Antiga. Lembre-se de que toda ação humana ocorre dentro de um processo histórico e que guarda suas peculiaridades no tempo e espaço. Iremos privilegiar alguns conceitos surgidos no mundo grego, que pensamos serem essenciais para o entendimento do processo evolutivo dos conceitos *educação* e *cidadania* a partir do sistema de organização social proposto por aquele povo, que tanto influenciou o mundo ocidental.

É na Grécia Antiga, durante o período arcaico, que surgiu a ideia de educação, como a entendemos hoje. Primeiramente, a partir do conceito de “**Arete**”, que poderia ser entendido como “excelência”, “virtude”, exprimindo o ideal educativo grego. “**Arete**” deveria ser compreendida como um atributo da nobreza, que reunia um conjunto de qualidades físicas, espirituais e morais, como bravura, coragem, força e eloquência.

## 2. O lugar dos gregos na história da educação

A importância universal dos gregos como educadores deriva de sua concepção peculiar do lugar do indivíduo na sociedade. E, com efeito, se contemplamos o povo grego sobre o fundo histórico do antigo Oriente, a diferença é tão profunda que ele parece fundir-se numa unidade com o mundo europeu dos tempos modernos. E isto chega ao ponto de podermos sem dificuldade interpretá-los na linha da liberdade do individualismo moderno (JAEGER, 1995).



### 2.1. O alargamento do ideal educativo grego

A palavra “**Kalokagathia**”, surgida no final do período arcaico, exprimia o alargamento do ideal educativo grego de “*Arete*”. A busca da excelência física e moral pelos homens seria alcançada por meio da realização dos atributos de beleza e bondade.

Para atingir este ideal, era proposto um conjunto de práticas educativas fundamentadas em dois elementos: a *ginástica*, para o desenvolvimento do corpo, e a *música* (aliada ao canto e à leitura), para o desenvolvimento da alma.

No fim do período arcaico, esse programa educativo foi ampliado com os estudos de gramática. Podemos perceber que, até aquele momento histórico, a educação grega era voltada para a formação do homem como indivíduo.



O Período Arcaico tem como balizas temporais tradicionais a data de 776 a.C., ano da realização dos primeiros Jogos Olímpicos, e 480 a.C., data da Batalha de Salamina. A Grécia era ainda dividida em pequenas províncias com autonomia, em razão das condições topográficas da região: cada planície, vale ou ilha era isolada de outra por cadeias de montanhas ou pelo oceano.

## 2.2. Paideia

No decorrer do período clássico (século VI – século IV) passou-se a exigir algo mais da educação: além de formar o guerreiro, ela também deveria formar o cidadão. A educação baseada na ginástica, na música e na gramática deixou de ser suficiente. Foi, então, que o ideal educativo grego passou a ser definido como um dos elementos constitutivos da **paideia** - termo que exprime a própria cultura. Nesse sentido, era proposto um modelo educativo que ia além do período escolar, prolongando-se por toda a vida.

A respeito da Paideia, Jaeger (1995), estudioso da civilização grega, nos alerta:



Ao empregar um termo grego para exprimir uma coisa grega, quero dar a entender que essa coisa se contempla, não com os olhos do homem moderno, mas sim com os do homem grego.

Não se pode evitar o emprego de expressões modernas, como *civilização, cultura, tradição, literatura ou educação*; nenhuma delas, porém, coincide com o que os gregos entendiam por *Paideia*. Cada um daqueles termos se limita a exprimir um aspecto daquele conceito global e, para abranger o campo total do conceito grego, teríamos de empregá-los todos de uma só vez (JAEGER, 1995, p.01).

## 2.3. Origens históricas do conceito de cidadania

Agora, vamos analisar a origem do termo *cidadania*, que vem da palavra cidade - do latim *civitas*.

Cidadania é a forma pela qual alguém se torna civil, ou seja, habitante de uma cidade, membro de uma civilização. Na Grécia Antiga, era na *polis* (cidade) o local de ação do cidadão. A ação do cidadão deveria estar voltada para o bem coletivo. Era a **Democracia Ateniense**.

Cidadania é um conceito em construção e que tem origem na Grécia Antiga. É, utilizado, portanto, para designar os direitos relativos ao cidadão. Mas quem era considerado cidadão na Grécia Antiga? Em Atenas, era considerado cidadão o elemento livre, do sexo masculino, filho das melhores famílias, que tinha origem na polis e que participava ativamente do comércio e das decisões políticas. Mulheres, escravos e estrangeiros não tinham direito à cidadania.

**Democracia Ateniense** (grego: δημοκρατία) é o nome dado a uma forma de governo adotada na antiga cidade de Atenas. Considerada a matriz da democracia moderna, vigorou por muitos anos após a instauração de sua forma primitiva, com as reformas de Sólon, por volta de 590 a.C. Embora a democracia possa ser definida como “o governo do povo, pelo povo e para o povo”, é importante lembrar que o significado de “governo” e “povo” na Atenas Antiga difere daquele das democracias contemporâneas. Enquanto a atual democracia, em geral, considera o governo um corpo formado por representantes eleitos, e o “povo” (geralmente) como um conjunto de cidadãos próprios de uma nação, homens e mulheres, acima dos 18 anos, os atenienses consideravam o “governo” como sendo a assembleia (*ekklesia*) que tomava decisões diretamente (sem intermédio de representantes) e o “povo” (geralmente) como os homens atenienses alfabetizados maiores de 20 anos.

Outra importante cidade do mundo grego antigo foi Esparta. A sociedade espartana era formada por três grupos sociais:

- **esparciatas**, aristocratas guerreiros que eram sustentados pelo Estado;

- **periecos**, homens livres, geralmente artesãos, agricultores e comerciantes, que não tinham direitos políticos, e

- **hilotas**, que eram servos do Estado.

Apenas os filhos da classe dirigente tinham garantido o direito à educação, visando formar cidadãos física e militarmente para a defesa do território. Aos sete anos, os meninos eram entregues ao Estado, que tinha a incumbência de ensinar-lhes a escrita e a história dos heróis espartanos. Na adolescência, entravam em contato com armas de guerra. Já as meninas eram educadas para serem boas esposas e mães.

### A democracia dos gregos e a atual

Atualmente, quando se define a democracia, entende-se que este seria o “governo” (*cracia*) “do povo” (*demo*). Ao falarmos que o “governo pertence ao povo”, compreendemos que a maioria da população tem o direito de participar do cenário político de seu tempo. De fato, nas democracias contemporâneas, os governos tentam ampliar o direito ao voto ao minimizar todas as restrições que possam impedir a participação política dos cidadãos.

Tomando o Brasil como exemplo, percebemos que a nossa democracia permite que uma parte dos menores de 18 anos vote e que as pessoas com mais de 70 anos continuem a exercer seu direito de cidadania. Além disso, a nossa constituição não prevê nenhum empecilho de ordem religiosa, econômica, política ou étnica para aqueles que desejam escolher seus representantes políticos. Até os analfabetos, que décadas atrás eram equivocadamente vistos como “inaptos”, hoje podem se dirigir às urnas.

Para os gregos, a noção de democracia era bastante diferente da que hoje experimentamos e acreditamos ser “universal”. A condição de cidadania era estabelecida por pressupostos que excluía boa parte da população. Os escravos, as mulheres, os estrangeiros e menores de dezoito anos não poderiam participar das questões políticas de seu tempo. Tal opção não envolvia algum tipo de interesse político, mas assinalava um comportamento da própria cultura ateniense.

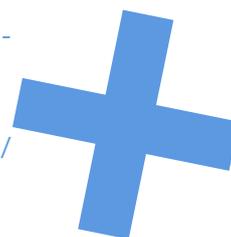
Para obter mais detalhes sobre as questões abordadas nesta primeira capítulo, acesse os links:

<http://www.pedagogia.com.br/historia/grego.php>

<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0146.html>

[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4443\\_3879.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4443_3879.pdf)

<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/escola/paideia/conceitodepaideia.htm>



# EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA FORMAÇÃO DO MUNDO MODERNO

## 1. AS REVOLUÇÕES LIBERAIS BURGUESAS

### 1.1. O século XV e a crise do feudalismo

Para entendermos a formação do Mundo Moderno, precisamos retroceder até o século XIV, quando a Europa se viu mergulhada em uma profunda crise. Essa crise foi desencadeada por uma série de fatores - fome, epidemias, guerras, revoltas de camponeses e das populações pobres urbanas -, além da crise monetária, devido ao esgotamento das jazidas de ouro e prata naquele continente, que afetou diretamente as relações comerciais.

O ambiente de insegurança e desencanto trouxe à tona diversos questionamentos em relação ao poder dos representantes da Igreja Católica e dos senhores feudais. Era o início de um processo de transição feudal-capitalista



<http://teiadofatos.blogspot.com.br/2012/03/feudalismo-idade-media-na-europa.html>,

### 1.2. A transição feudal capitalista

Entre os séculos XIV e XVI, a Europa Ocidental passou por profundas transformações, que tiveram impacto nas relações políticas, econômicas, religiosas, culturais e sociais fundamentais para o futuro daquele continente. Este foi o período da transição feudal-capitalista, que marcou o fim da Idade Média (séc. V-XV) e o início da Idade Moderna (séc. XV-XVIII).

Podemos identificar como acontecimentos marcantes daquele momento a Reforma Protestante, que rompeu o monopólio religioso da Igreja Católica; o Renascimento Cultural, com a retomada do pensamento clássico greco-romano; a expansão da vida urbana e, conseqüentemente, das atividades comerciais fortalecendo economicamente a burguesia.

As relações de poder não ficaram imunes a essas mudanças. As relações feudais, marcadas pela descentralização do poder, foram substituídas gradati-

vamente por um novo modelo, no qual a figura do rei voltava a ocupar lugar de destaque. A centralização do poder nas mãos dos reis, com apoio da Igreja, da nobreza e da burguesia, possibilitou a reorganização europeia no contexto da crise.

Foi neste contexto que surgiram os primeiros **Estados Nacionais** da era moderna. Na Europa, os governantes dos primeiros Estados deram início ao processo de expansão marítima, que permitiu a ocupação de territórios em outros continentes, por meio do colonialismo e da expansão das atividades comerciais em nível mundial.

**Estados Nacionais:** O Estado nacional se formou basicamente, no Ocidente, entre os séculos XIII e XVII, com a desintegração das formas políticas do medievo (período medieval) e o crescimento de uma economia capitalista. Sua estrutura podia ser assim resumida: a criação de uma burocracia criada para coordenar as atividades do governo central; a delimitação territorial precisava de suas fronteiras, onde o Estado passava a ser absoluto (todas as outras instituições, seja seculares ou religiosas, passaram a reconhecer sua autoridade); surgiu o sentimento de devoção à nação e, em todo o território, se partilhava mais do que um idioma, se partilhava uma cultura e uma história comuns (<http://profjanaina1.blogspot.com.br/p/estados-nacionais.html>).

### 1.3.O Estado Nacional Moderno

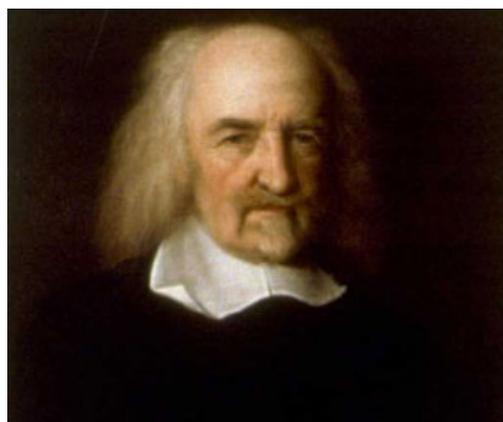
Para superar os problemas derivados da crise do século XIV, a nobreza, o clero e a burguesia passaram a dar apoio aos reis, na esperança de que eles pudessem encontrar uma saída para a crise. Em troca do apoio, estes grupos sociais esperavam que o monarca mantivesse seus privilégios. Com financiamento da burguesia, os reis organizaram exércitos regulares e iniciaram um processo de unificação territorial que possibilitou o surgimento dos estados nacionais.

Além da organização de um exército regular e da unificação territorial e delimitação de fronteiras, outras medidas foram colocadas em prática visando contornar os problemas enfrentados naquele momento: criação de um sistema de moeda única; unificação de impostos; centralização de poder nas mãos dos monarcas; unificação dos sistemas de pesos e medidas e criação de uma justiça real.

Alguns teóricos, como Thomas Hobbes, Nicolau Maquiavel, Jacques Bossuet e Jean Bodin, escreveram sobre a necessidade de se organizar o Estado a partir da centralização do poder político. Buscando atender aos objetivos de nosso estudo, **é bom** atentar ao pensamento de Thomas Hobbes.

### 1.4.Thomas Hobbes (1588-1679)

Thomas Hobbes é considerado um dos teóricos do absolutismo. Para ele, o Estado seria a instituição ideal para mediar e regular as relações humanas, **já que os homens, em seu estado natural, estariam impossibilitados** de buscar um entendimento de seus desejos, visto que eram movidos por suas paixões, e estas desencadeariam ações violentas. Dessa forma, os homens, por serem livres e iguais, poderiam desencadear uma luta entre si.



<http://www.thefamouspeople.com/profiles/thomas-hobbes-205.php>,



Nas palavras de Hobbes, o homem se tornaria o lobo do homem. Para evitar que se destruíssem, eles teriam que renunciar à liberdade que têm sobre si, transferindo poder, por meio de um contrato social, para que uma autoridade pudesse assegurar-lhes a paz e a defesa comum. Esta autoridade, que poderia ser um soberano ou uma assembleia, teria poderes inquestionáveis e seria personificado na figura do *Leviatã*, que representaria o Estado, que, para Hobbes, seria “um mal necessário”.

Neste Estado, onde as liberdades individuais não eram consideradas, não haveria espaço para as instituições democráticas e a cidadania. A base do poder do soberano estaria na submissão de seus súditos.

### 1.5.O Estado Absolutista e o Mercantilismo

Podemos perceber que o Estado nacional moderno foi organizado a partir da centralização de poder nas mãos de um rei, que, segundo alguns teóricos, deveria gozar de poder absoluto. O intervencionismo econômico também foi uma característica marcante do Estado absolutista. O conjunto de medidas intervencionistas no campo econômico adotadas pelo Estado, em princípios da Idade Moderna, ficou conhecido como Mercantilismo. A Europa começava a desfrutar dos primeiros resultados do processo de expansão marítima iniciado no século XV.



<http://www.mundovestibular.com.br/articles/4399/1/ABSOLUTISMO-E-MERCANTILISMO/Paacutegina1.html>

O comércio havia se expandindo geograficamente em nível mundial. A crise monetária foi superada com a chegada ao “velho continente” de toneladas de ouro e prata vindos das colônias ibéricas nas Américas. A acumulação desses metais exigia dos governos europeus a adoção de medidas protecionistas, que afastassem a concorrência externa visando manter uma balança comercial favorável. Também eram práticas mercantilistas o estímulo à produção manufatureira e a exploração colonial.

Se, no primeiro momento, o intervencionismo propiciou um processo de acumulação primitiva de capitais e fortaleceu alguns estados europeus, a partir do século XVII, este modelo político e econômico começou a sofrer duras críticas, principalmente por parte da burguesia, que havia se fortalecido economicamente nesse período e via no intervencionismo do Estado um obstáculo para o avanço de suas atividades. O capitalismo pedia passagem.

### 1.6. A educação e o Estado Absolutista

No início da Idade Moderna, o Renascimento Cultural e a Reforma Protestante provocaram profundas transformações na sociedade europeia. A Igreja Católica buscava conter o avanço do protestantismo e das mudanças culturais provocadas pelo Renascimento.

Em 1534, Inácio de Loyola criou a Companhia de Jesus, que seria responsável pela propagação do catolicismo. No final do século XVI, os jesuítas elaboraram um método de ensino denominado *Ratio Studiorum*, que rapidamente se disseminou pela Europa e a América Ibérica. O acesso à educação era privilégio da nobreza e da burguesia, que matriculavam seus filhos nos colégios jesuíticos.

A sociedade era dividida em estamentos, o que favorecia o clero e a nobreza, que tinham seus privilégios garantidos pelo rei absolutista. A burguesia, apesar de deter o poder econômico, **não tinha seus direitos políticos reconhecidos, assim como as camadas populares. No Estado absolutista, todos eram considerados súditos submissos ao poder do rei, o que nos impede de afirmar que houve o exercício da cidadania durante a vigência deste regime político.**

### 1.7. Revoluções Liberais Burguesas

Dá-se o nome de Revoluções Liberais Burguesas aos processos históricos que levaram à consolidação do poder econômico e político da burguesia. Este processo se manifestou a partir do século XVII, na Inglaterra, com a Revolução Puritana e a Revolução Gloriosa. Não podemos nos esquecer que a guerra de independência dos Estados Unidos da América do Norte também se insere no contexto das Revoluções Liberais. Mas, o maior expoente dos movimentos liberais ocorridos no final século XVIII, tenha sido o que derrubou o regime absolutista francês. Este movimento se inspirou ideologicamente nas ideias iluministas, tema que trataremos na próxima aula.

## 2. O Iluminismo

O Iluminismo, movimento cultural promovido pela elite intelectual europeia, teve seu apogeu no século XVIII. Vale a pena lembrar, que no final do **século XVII**, o pensador inglês John Locke lançava as bases das ideias políticas liberais, sendo considerado um dos precursores do Iluminismo.

O pensamento iluminista desencadeou uma série de mudanças na ordem política, econômica, social e cultural, baseadas nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, que mudariam os rumos da história ocidental. As críticas do pensamento iluminista terão como principal alvo o Estado absolutista e a Igreja.

## 3. O ideal burguês e as críticas ao Estado Absolutista

O desenvolvimento das atividades capitalistas entre os séculos XVII e XVIII permitiu a continuidade da ascensão econômica da burguesia em países como Inglaterra e França. Esse grupo social passou a ver no Estado absolutista um obstáculo para suas atividades comerciais e suas pretensões políticas.

As críticas ao Estado absolutista eram fundamentadas nos pressupostos que o Estado só poderia ser verdadeiramente forte se fosse rico; que a acumulação de riqueza só se daria com o avanço das atividades capitalistas e que, para que houvesse uma expansão dessas atividades, era preciso dar liberdade e poder para a burguesia. Os privilégios concedidos à nobreza também foram alvos de suas críticas. Nesse sentido, o movimento iluminista ia ao encontro do ideal burguês.

#### 4.O Contrato Social

No decorrer da Idade Moderna, alguns filósofos tentaram explicar como as pessoas foram levadas a formar o Estado com o objetivo de manter a ordem, a partir da formalização de um contrato social. Por isso, foram denominados *contratualistas*. Três nomes são importantes nesta corrente de pensamento político: Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

Apesar de divergirem em alguns aspectos, esses autores partem do princípio do “estado de natureza”, termo usado para identificar um momento em que os homens viviam num estágio pré-social e que as relações políticas inexistiam. Nesse sentido, eram senhores da própria liberdade. Desse ponto em comum, os três teóricos tentam explicar, cada um a seu modo, como os indivíduos racionalmente abdicaram da liberdade que possuíam no estado de natureza para obterem os benefícios de uma ordem política, por meio de um contrato social.

As teorias do contrato social foram formuladas entre os séculos XVI e XVIII. O pensamento de Thomas Hobbes já foi apresentado no módulo passado. Passaremos agora a analisar como Locke e Rousseau expuseram suas ideias contratualistas.

#### 5. John Locke (1632-1704)



<http://pt.acton.org/historical/john-locke-1632-1704>

John Locke, em sua obra *Segundo tratado sobre o governo civil*, lançou as bases do pensamento político liberal e exerceu forte influência sobre as revoluções liberais modernas. Seu modelo de *jusnaturalismo* se apoia na ideia de que os homens viviam num estágio pré-social e pré-político denominado “estado de natureza”, no qual gozavam de perfeita igualdade e liberdade. Nesse estágio, os homens já eram dotados de razão e desfrutavam a propriedade privada. Segundo Locke, esse estado de natureza relativamente pacífico poderia ser ameaçado, colocando em risco os direitos dos indivíduos.

Para se protegerem das ameaças, os homens se uniriam para firmar entre si um contrato social, que possibilitaria a passagem do estado de natureza para a sociedade civil ou política, estabelecendo um governo cujo objetivo era preservar a propriedade e proteger a comunidade dos perigos internos e das ameaças estrangeiras.

! Ao contrário de Hobbes, Locke afirmou que o contrato social não teria suas bases estabelecidas na submissão dos súditos ao soberano, mas sim no consentimento. No que diz respeito à relação entre o governo e a sociedade, porém, ele ressaltou que, quando o executivo ou o legislativo violassem o contrato social, o povo teria o legítimo direito à resistência e a depor os governantes, pois estes colocavam os direitos naturais dos indivíduos em perigo.

## 6. Jean Jacques Rousseau (17712-1778)

Em sua obra *O contrato social*, escrita em 1762, o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau considerava que o ser humano era essencialmente bom, mas era corrompido pela sociedade.

Também reafirmava os direitos naturais ao considerar que os homens nasciam livres e iguais. Ao firmarem o contrato social, portanto, **não** renunciariam a esses direitos. O Estado seria criado para proteger e garantir esses direitos e representaria a vontade geral.

Podemos perceber que contrato social de Rousseau apresentava aspectos que o diferenciavam das propostas de Hobbes e Locke.

## 7. Os limites da cidadania na ordem liberal burguesa

Com a chegada da burguesia ao poder, após as Revoluções Liberais Burguesas do século XVIII, ocorreram algumas mudanças, no que se refere aos direitos à cidadania. Porém, esta cidadania apresentava limitações.

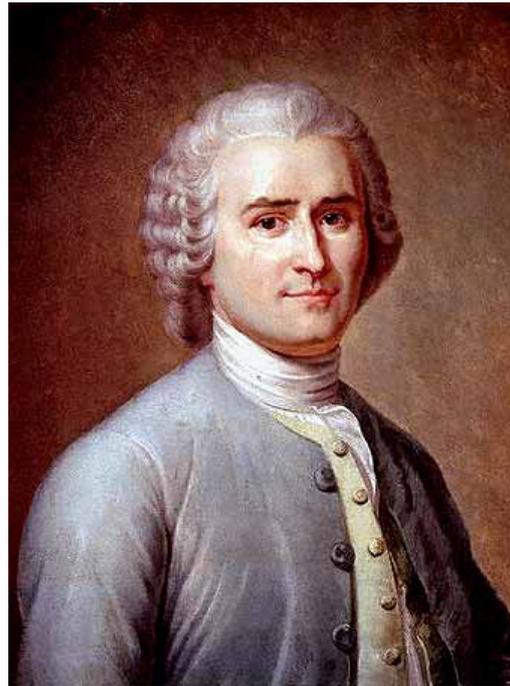
Na França revolucionária (1789-1799), a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, em seu artigo 2º afirmava: a “finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.”

Porém, a Constituição francesa, de 1791, estabelecia duas categorias de cidadãos: ativos e passivos. O critério para definir se eram ativos era o caráter censitário: aqueles que pagavam impostos e tinham renda tinham direito a votar. Os passivos seriam os não votantes, como os trabalhadores desempregados e as mulheres, dentre outros. No decorrer da Revolução Francesa, a luta pelos direitos políticos teve avanços e retrocessos.

Na Constituição Jacobina, de 1793, foi estabelecido o voto universal. Com a queda dos jacobinos, uma nova constituição de caráter conservador foi aprovada em 1795, excluindo os direitos garantidos às camadas populares na Carta anterior.

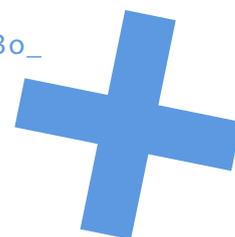
Assim, a burguesia se firmou como classe social detentora do poder político e econômico. A luta pelo direito à cidadania ganharia novos elementos, com o advento da Revolução Industrial e o surgimento do proletariado.

Na próxima aula, veremos como a instalação da ordem liberal burguesa teve impactos sobre a educação.



<http://www.arqnet.pt/porta1/imagemsemanal/julho0501.html>

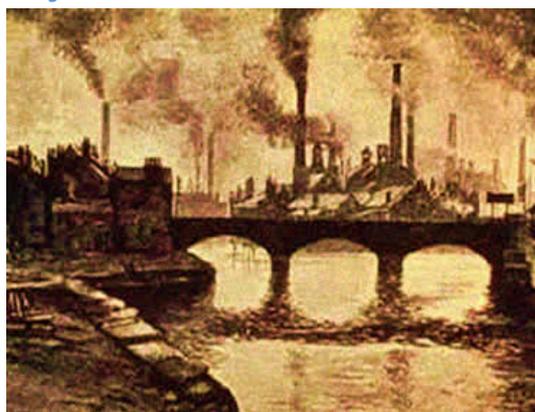
Para obter mais detalhes sobre esse capítulo, acesse:  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Contrato\\_social](http://pt.wikipedia.org/wiki/Contrato_social)  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_Francesa#A\\_Conven.C3.A7.C3.A3o\\_.281792-1795.29](http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Francesa#A_Conven.C3.A7.C3.A3o_.281792-1795.29)  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/John\\_Locke](http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Locke)  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Jacques\\_Rousseau](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Jacques_Rousseau)



# A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SUAS CONTRADIÇÕES

Estamos iniciando a Capítulo 3, na qual vamos abordar temas como o processo de industrialização na Europa Ocidental e a mercantilização da sociedade, assim como as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, que afetaram as relações sociais.

## 1. A Revolução Industrial



<http://www.brasilecola.com/historiag/revolucao-industrial.htm>

A Revolução Industrial consistiu em um conjunto de mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo, em níveis econômico e social. Iniciada no Reino Unido, em meados do século XVIII, expandiu-se por todo o mundo a partir do século XIX. O processo de industrialização acelerou o processo de mercantilização da sociedade, tudo tenderia a ser mercadoria.

## 2. A sociedade pré-industrial

No mundo pré-industrial, o trabalho estava diretamente ligado à vida social. As tarefas eram divididas entre homens e mulheres, que decidiam o que produzir, como produzi-lo, quando e em que ritmo. Os grupos sociais estabeleciam o tempo e o ritmo do trabalho, conforme suas necessidades de subsistência.

Também não estava clara a diferença entre trabalho e ócio e atos sociais rituais, visto que as atividades produtivas não se dissociavam das dimensões recreativas e sociais, ou seja, não havia um tempo do dia ou da noite ocupado apenas pelo trabalho. Os meios de produção eram rudimentares e estavam ao alcance de todos.

## 3. Trabalho na sociedade pré-industrial

Antes de ocorrer o processo de industrialização, o trabalho era exercido de forma bastante flexível e inserido na rotina da vida familiar. No decorrer do ano, o tempo ocupado com o trabalho era intercalado por um calendário ligado às festas religiosas e aos rituais agrícolas. Calcula-se que, na Idade Média, 115 dias do ano eram dedicados às festas religiosas, sem contar os 52 domingos.

No decorrer da jornada diária de trabalho não havia horários pré-estabelecidos para se comer, beber, conversar com os companheiros ou mesmo rezar. Não havia uma máquina para ditar o ritmo do trabalho das pessoas. Em outras palavras, ainda não havia uma regulação legal do calendário de trabalho.

O trabalho podia ser interrompido a qualquer momento para comer ou beber, para conversar com os companheiros ou para rezar o **Ângelus**. A venda podia ser abandonada, pois os clientes sabiam onde encontrar o vendedor ou podiam voltar mais tarde. As máquinas não estavam ali para ditar o ritmo. O mais parecido que podemos encontrar com isto hoje talvez seja o trabalho dos executivos, dos professores de universidade ou das donas de casa. O horário é interminável, mas o indivíduo conserva um controle pleno sobre sua distribuição interior, podendo decidir sobre a interrupção de seu trabalho, sua desaceleração, sua intensificação, etc. (ENGUITA, 1989 p. 37).



#### 4. A sociedade industrial

Com a Revolução Industrial, as relações de produção das sociedades pré-capitalistas foram se modificando. O trabalho passou a ser dissociado da vida social, ou seja, o espaço da produção não era o mesmo das relações familiares ou comunitárias, como anteriormente. Os trabalhadores perderam o controle da duração e intensidade do trabalho e passaram a ser submetidos ao ritmo das máquinas.

A divisão e especialização do trabalho, assim como a perda do controle dos meios de produção pelos trabalhadores para a burguesia se acentuaram nas sociedades industriais com o taylorismo e o Fordismo. Entende-se por taylorismo, como o processo de racionalização do trabalho através do controle de tempo e movimentos dos trabalhadores. Já o fordismo seria a incorporação do sistema taylorista à linha de produção.

#### 5. O trabalho como mercadoria

O processo de consolidação do capitalismo pela Revolução Industrial promoveu a mercantilização da sociedade, no qual tudo tendeu a se tornar mercadoria, inclusive a força de trabalho do operário. Os avanços tecnológicos voltados à produção capitalista fizeram com que o trabalhador perdesse sua autonomia, já que ele deixou de controlar os meios de produção, como também seu planejamento e processos de trabalho. Só restou a ele para sobreviver a força de trabalho que era vendida ao capitalista em troca de salário, fazendo com que ele se tornasse também uma mercadoria.

#### 6. O trabalho forçado

A rigidez do trabalho industrial não atraiu os grupos que ainda detinham controle sobre o próprio tempo e ofícios, como os camponeses e os artesãos. Isso dificultou o recrutamento de mão de obra para as primeiras fábricas. Para suprir a necessidade, foram recrutados mendigos, criminosos, órfãos e outros grupos marginalizados, que eram submetidos ao trabalho forçado. Muitas crianças recrutadas morriam, fugiam ou eram devolvidas aos seus responsáveis.

Com o passar do tempo, os camponeses também seriam submetidos ao trabalho forçado nas fábricas e nas minas. Diante desse quadro de exploração, surgiram as primeiras manifestações de resistência.

#### 7. Resistência ao trabalho industrial

Como você pode perceber, os camponeses encontraram muita dificuldade para se adaptar ao trabalho nas fábricas. Estavam acostumados ao trabalho ao ar livre e a seguir seu próprio ritmo em vez de um calendário, um horário e um ritmo imposto pela máquina. Por isso, negavam-se a trabalhar nas fábricas e, quan-

do se viam forçados a este tipo de atividade, revoltavam-se. Homens, mulheres e crianças, diante da pesada carga horária de trabalho, abandonavam seus postos nas fábricas.

Os artesãos também demonstraram resistência, preferiam manter sua autonomia trabalhando em seus domicílios, do que se sujeitar ao rigor do trabalho fabril. Na Inglaterra, do início do século XIX, o número de artesãos da tecelagem ainda era muito grande, apesar de seus rendimentos caírem mais da metade e os salários das fábricas serem maiores. Quando obrigados ao trabalho fabril abandonavam seus postos nas fábricas. Na primeira metade do século XIX, a rotatividade entre os fiandeiros da indústria têxtil inglesa era muito alta.

No início do século XIX, surgiu na Inglaterra o movimento **luddista**, conhecido também como o movimento dos quebradores de máquinas. Tido como marco do movimento operário e sindical, seu surgimento está inserido no contexto da Revolução Industrial e o avanço tecnológico que promoveu a mecanização da produção e reduziu os postos de trabalho.

**Luddista:** Em 1811, um operário chamado Ned Ludd quebrou uma máquina de tricotar, após ser repreendido pelo patrão. Seu gesto fez com que outros operários o vissem como um herói, e Ludd passou a ser reconhecido como um líder. A classe operária manifestava seu descontentamento com o processo de mecanização: exigia que os patrões retirassem as máquinas das fábricas e ameaçava invadir estes estabelecimentos e depredá-los.

A adesão de trabalhadores de várias cidades ao movimento fez com que, em 1812, o parlamento inglês promulgasse uma lei, que previa pena de morte para aqueles que destruíssem **máquinas. Apesar das medidas repressivas, o movimento luddista** ganhou novo fôlego em 1819, mas perdeu força, na medida em que foram surgindo os sindicatos.

No decorrer do século XIX, foram surgindo novas formas de resistência e organização da classe trabalhadora, o que permitiu a este grupo social a ampliação da luta pelo direito à cidadania.

Em 1836, surge o **Cartismo**, movimento constituído pela “Associação dos Operários”, que pretendia entregar ao parlamento inglês um documento – *A Carta do Povo* – com as seguintes reivindicações:



Sufrágio universal masculino (o direito de todos os homens ao voto); voto secreto por meio de **cédula**; **eleição anual**; igualdade entre os direitos eleitorais; participação de representantes da classe operária no parlamento e que os parlamentos fossem remunerados. No decorrer do século XIX, as reivindicações do movimento cartista foram incorporadas à legislação inglesa.

## 8. Trabalho e educação: A sociedade burguesa

A partir do século XVIII, o projeto burguês de sociedade buscava estabelecer um modelo de educação e cidadania. Mas qual seria o modelo de educação e cidadania proposto pela burguesia? Tais demandas estavam relacionadas com os avanços científicos e técnicos ocorridos no decorrer da idade moderna e que culminaram na Revolução Industrial. Outro fator a ser considerado dizia respeito à chegada da burguesia ao poder. Uma nova sociedade se organizava, aos moldes do ideário liberal burguês, e a educação seria um importante instrumento para a consolidação desta nova ordem.

## 9. Trabalho e Disciplina

A gradual passagem das atividades artesanais para as manufaturas colocaram o trabalho sob novas bases, transformaram as relações de propriedade e mudaram o relacionamento entre trabalhador e empregador. O trabalho passou a ser exercido de forma *parcelar*: a produção de determinadas mercadorias foi dividida em partes diferentes e executada por trabalhadores distintos. Este trabalhador não era mais o dono das ferramentas, que agora, estavam sob o controle do empregador.

A mercadoria deixa de ser fruto do trabalho individual e passa a ser resultado do trabalho coletivo. Além disso, o trabalhador, sendo livre e sem deter o controle dos meios de produção, teria que vender sua força de trabalho ao capitalista para sobreviver.

Com a divisão parcelar do trabalho nas manufaturas, não se exigiu mais dos trabalhadores o virtuosismo no seu ofício, mas ainda existia uma hierarquia entre os trabalhadores. Alguns ainda dominaram os segredos do ofício, enquanto a maioria realizava trabalhos mecânicos, o que não exigia habilidades específicas. Esta hierarquia revelava que as manufaturas mantiveram características do trabalho artesanal, ou seja, a atividade manual continuou sendo a base técnica da manufatura.

As manufaturas, ao estabelecer o trabalho parcelar, criaram condições para um momento posterior, pois, ao atingir certo grau de desenvolvimento, o ofício manual não era mais capaz de atender às necessidades de produção.

## 10. O advento da Revolução Industrial

A manufatura, ao se mostrar insuficiente, será substituída pela grande indústria moderna, em que o instrumento de trabalho, por excelência, será a máquina. Nas palavras da pesquisadora Ester Buffa: “na manufatura e no ofício, o trabalhador se serve de seu instrumento; na fábrica, ele serve à máquina [...] na manufatura, os trabalhadores formam membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles são incorporados a um mecanismo morto que existe independentemente deles”.

A produção capitalista mudou a forma da propriedade. A propriedade capitalista estabeleceu suas bases na posse dos instrumentos de produção, e não na terra, como ocorrera no período feudal. A propriedade burguesa foi adquirida pelo trabalho, e não pelo privilégio de classe. Só a partir desse momento histórico - a Revolução Industrial -, foi possível conceituar o homem como trabalhador.

## 11. Educação e Trabalho

Essas mudanças na produção da vida material provocaram transformações na organização política (a formação do Estado moderno): os homens, em novas relações com a natureza (**a ciência moderna**), promoveram alterações na organização do saber escolar (**a escola moderna**). Como vimos nas aulas anteriores, vários pensadores expressaram teoricamente sobre esta nova sociedade, que necessitava de um novo saber e de uma nova educação.

O conceito de igualdade natural entre os homens era um elemento novo, que rompia com o passado. Locke afirmava que a troca era uma troca entre iguais, entre proprietários de mercadorias, o que justificaria as novas relações de trabalho que se estabeleceram a partir de relações salariais. A igualdade proposta pela burguesia era, primeiramente, a igualdade na troca e também na igualdade jurídica. Porém, esta igualdade escondia a desigualdade entre os indivíduos.

## 12. Comenius e a organização do saber escolar

A igualdade básica entre os homens, posta na manufatura, foi expressa em **nível de organização do saber por Comenius**, em sua obra didática magna. Mesmo preservando a distinção das classes sociais, ele propunha para todos o **mínimo comum e universal de escolarização. Comenius vivenciou a fase inicial do capitalismo**: assistiu à emergência das manufaturas, à divisão parcelar do trabalho e aos avanços da ciência.

Ao defender que deveria se ensinar tudo a todos, Comenius afirmava que isso significava ensinar todos os fundamentos, as razões e os objetivos de todas as coisas, das que existem na natureza e das que se poderiam fabricar. Percebia-se que sua proposta de ensino derivava da igualdade natural entre os homens. Nesse sentido, seu projeto de educação apresenta contradições, pois, ao propor quatro tipos de escolas (infantil, primária ou pública, ginásio e a academia), ele estabelecia quais grupos sociais poderiam frequentá-las.

A educação contínua seria oferecida apenas para aqueles que formariam a classe dirigente. Cabia à escola ensinar os demais conhecimentos variados sobre as artes mecânicas e discipliná-los à nova ordem burguesa. A educação proposta era nivelada, pois o trabalho na manufatura também foi nivelado, não exigindo trabalhadores qualificados, mas sim disciplinados. Seria este o modelo de cidadão ideal.

## 13. Trabalho infantil e educação



A difusão em larga escala do trabalho infantil foi realizada a partir da Revolução Industrial: em 1861 um censo realizado na Inglaterra registrava que quase 37% dos meninos e 21% das meninas de 10 a 14 anos trabalhavam, fato também observado em outros países, que apresentavam taxas altas, como França, Bélgica e Estados Unidos (Kassouf, 2007, s/p.). Marx e Engels foram contemporâneos e testemunhas das profundas alterações econômicas e sociais decorrentes da Revolução Industrial e fortemente impactados pela situação da criança trabalhadora na grande indústria [...] (LOMBARDI, 2011, p. 157)

Na Inglaterra, no decorrer do século XIX, os trabalhadores conseguiram que o parlamento inglês aprovasse leis que regulamentavam o trabalho fabril infantil. A lei de 1833 instituiu, pela primeira vez, a obrigatoriedade de frequência escolar de, no mínimo, duas horas diárias das crianças operárias. A frequência deveria ser atestada mediante certificado emitido pelo professor responsável.

A obrigatoriedade não garantia a gratuidade do ensino, pois o docente era remunerado pela criança operária. Muitas delas **não frequentavam as escolas por falta de recursos ou por** causa das pesadas jornadas de trabalho. Nesse momento histórico, portanto, praticamente não havia investimentos por parte do Estado, em um sistema educacional justo, no sentido de atender todos os segmentos sociais. Mesmo com os avanços na legislação, a burguesia buscava burlar as leis fabris. A ameaça de demissão era usada como poderoso instrumento de pressão e controle sobre os trabalhadores, caso denunciasses os industriais por desrespeito às leis fabris.

## 14. As escolas politécnicas e agrônômicas

As rápidas mudanças na base técnica da produção capitalista, que transformariam as funções exercidas pelos trabalhadores, trariam à tona as contradições

do capitalismo. Isso porque as mudanças tecnológicas lançavam a massa trabalhadora de um ramo da produção para outro.

Como bem observou Marx, a mudança constante na base técnica demandava trabalhadores preparados para se tornarem amplamente versáteis. Foi neste contexto que surgiram as escolas politécnicas e agronômicas, que possibilitaram aos trabalhadores o manejo das máquinas.

A necessidade de educação dos trabalhadores, gerada pelo próprio capital, carregava um elemento contraditório e transformador da sociedade: o próprio desenvolvimento capitalista criou as escolas técnicas para produzir os trabalhadores necessários e adequados ao aprimoramento técnico do capitalismo, conjugando trabalho fabril com ensino elementar.

Essa foi a condição para que os trabalhadores desenvolvessem um germe da educação futura, que articularia trabalho produtivo com ensino de ginástica, entendido por Marx como o único método de produzir seres humanos desenvolvidos em todas as dimensões. Esse autor denominou o modelo como educação politécnica e afirmou que só seria alcançado quando os trabalhadores obtivessem o poder político (LOMBARDI, 2011, p.157).

# EDUCAÇÃO E CIDADANIA NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

## 1. Modelo de educação jesuíta

A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola, em 1534, e reconhecida pelo Papa Paulo III em 1540. Sua criação se insere no contexto da contrarreforma católica. O objetivo da Companhia de Jesus era conter o avanço do protestantismo na Europa e, no período das grandes navegações, promover a conversão ao catolicismo dos povos de além-mar. Assim, chegaram ao Brasil.

## 2. A estrutura de ensino jesuíta

Os jesuítas usaram o teatro escolar para difundir os novos valores e pregar a fé cristã entre os povos indígenas do Brasil colonial. Cada colégio jesuíta tinha um reitor, que distribuía os ofícios, convocava e dirigia as reuniões dos professores, além de outras atribuições. Era subordinado à autoridade provincial e ao governo geral da colônia.

Dentro da hierarquia dos colégios jesuítas, o segundo cargo em importância era o do prefeito de estudos, que dominava a doutrina e fiscalizava os programas de ensino. Os estudos eram organizados com precisão e o *Ratio Studiorum* determinava como teria que ser o currículo.

## 3. O ensino jesuíta no contexto colonial

Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, sob o comando de Manuel de Nobrega. Eles acompanhavam Tomé de Souza, nomeado primeiro governador-geral da colônia e que, naquele ano, fundaria a primeira capital, Salvador.



Por estar a serviço da fé, nos primeiros anos em terras coloniais americanas, a Companhia de Jesus se entregou à catequese dos indígenas. Posteriormente, se dedicou também à educação da elite branca colonial. Além de catequizar os indígenas e preparar os filhos da elite colonial para completarem seus estudos na Europa, tinham a incumbência de aumentar o contingente de sacerdotes da ordem.

A proposta de ensino da Companhia de Jesus se enquadrava no projeto de colonização portuguesa, na medida em que contribuía com o processo de subjugação dos povos indígenas e a imposição de preceitos éticos e morais cristãos à população colonial.

Os jesuítas permaneceram no Brasil até 1759, quando foram expulsos da colônia por ordem do Marquês de Pombal, primeiro ministro do rei português D. José I. Para substituir o sistema de ensino implantado pelos colégios jesuítas, foram criadas as aulas régias. O novo sistema teve dificuldades desde a sua implantação e não conseguiu substituir o modelo antigo.

A decadência da instrução afetou diretamente a elite colonial, cujos filhos eram os beneficiados, já que o ensino não era garantido às outras camadas da sociedade colonial brasileira. Posteriormente, os jesuítas seriam perdoados pela

coroa portuguesa e o sistema de ensino só passaria por mudanças em 1808, com a chegada da família real portuguesa e sua corte ao Brasil

#### 4. A educação no período Joanino (1808-1821)

O período de permanência de D. João VI e sua corte no Brasil ficou conhecido como “*período Joanino*”. A chegada da corte, além de por fim ao pacto colonial - que já vinha sendo contestado desde o século XVIII -, possibilitou a criação de uma estrutura que atendesse às demandas por ensino da elite colonial e da burocracia portuguesa aqui transplantada.

O Rio de Janeiro passou a ser sede do Império português, sendo necessário criar novas escolas e ampliar o número de vagas. Porém, a proposta de se ampliar o número de estabelecimentos de ensino naquela cidade tem caráter elitista.

Data desse período a criação dos primeiros cursos superiores, como a Academia Real da Marinha, em 1808; a Academia Militar, em 1810, e os cursos de Cirurgia, Anatomia e Medicina, em 1809, dentre outros. Observou-se também a criação de cursos técnicos para atender as demandas dos setores agrícola e industrial. O ensino elementar continuou sem a devida atenção, pois não era de interesse da Coroa e das elites coloniais educar o povo.

#### 5. A Independência e a formação do Estado brasileiro

Após a Independência, D. Pedro foi coroado o primeiro imperador do Brasil. Iniciou-se o processo de organização do Estado brasileiro. A primeira Constituição, de 1824, estabelecia o caráter censitário para se participar do processo eleitoral: só poderia ser candidato a cargos públicos legislativos aqueles que comprovassem renda. Dessa forma, a maioria da população brasileira estava tolhida de seus direitos políticos, como também dos direitos civis. O Estado, que então se organizava, fora pensado a partir das bases herdadas do período colonial, favorecendo, principalmente, os grupos dominantes agrários.

Além disso, a Constituição de 1824 estabelecia o quarto poder, o “poder moderador”, exclusivo do imperador, que permitia o controle sobre o legislativo e judiciário em todos os níveis administrativos. Essa centralização de poderes nas mãos do imperador deu ao Estado brasileiro um caráter autoritário, que logo despertou a insatisfação de vários segmentos sociais ameaçando a integridade territorial do país.



#### 6. A educação no período imperial (1822-1889)

Apesar de a Constituição de 1824 estabelecer a gratuidade da instrução primária, não houve a atenção devida à educação por parte das autoridades governamentais daquele período histórico. Durante o Primeiro Império, o governo central estava mais preocupado em consolidar o Estado brasileiro e conter as insatisfações regionais.

Com a abdicação de D. Pedro I em abril de 1831, teve início o **Período Regencial (1831-1849)**, quando as tensões internas se agravaram. Uma série de revoltas eclodiu por todo o território brasileiro, fruto de crises de caráter político, econômico e social. Em muitas regiões do Nordeste, devido ao agravamento da pobreza, houve levantes populares, que foram duramente reprimidos pelo Estado.

O **Ato Adicional de 1834** estabeleceu que seria função das autoridades provinciais promover o ensino primário e secundário. Dessa forma, o governo

central transferia a responsabilidade de criação de escolas para a população aos governos provinciais. Devido a questões de ordem econômica - ou mesmo por falta de interesse -, poucas escolas foram criadas. Assim, o que determinava a Constituição de 1824 em relação à instrução pública tornou-se letra morta. No decorrer do Segundo Império, esse quadro não sofreria grandes alterações.

## 7. Imigração europeia e educação

A partir do Primeiro Império (1822-1831), ocorreu o estímulo à imigração de estrangeiros, principalmente europeus, para ocuparem o Sul do país como colonos. Naquele tempo, a região era pouco povoada e sob a constante ameaça de invasões dos países platinos.

Na segunda metade do século XIX, esse processo migratório se intensificou devido ao fim do tráfico negreiro imposto pela Inglaterra, que obrigou os cafeicultores paulistas a buscarem na imigração a mão de obra para aquela atividade agrícola.



No Sul, as comunidades de imigrantes fundaram suas próprias escolas. Foi durante esse período que imigrantes italianos, que vieram como mão de obra para os cafezais paulistas, fundaram escolas baseadas na ideologia anarquista e lançaram as bases do movimento sindical brasileiro - importante para a organização dos trabalhadores na luta pela conquista de seus direitos.

Nas últimas décadas do século XIX, o avanço das atividades industriais em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, absorveu imigrantes que já tinham experiência anterior na indústria europeia. Foram os trabalhadores espanhóis e italianos que fundaram os primeiros sindicatos influenciados pelo anarquismo. Surgia, no Brasil, o **anarcossindicalismo**.

**Anarcossindicalismo:** Trata-se de uma corrente sindicalista que adquiriu esta denominação a partir da cisão provocada no 5º Congresso da AIT (Primeira Internacional dos Trabalhadores), realizado em Haia, 1872. Foi adotada por um grupo significativo dos operários brasileiros até a década de 1930. O anarcossindicalismo pode ser considerado uma doutrina e um método de luta. Em sua *doutrina*, o trabalhador é visto como uma célula importante da sociedade e, por isso, deve ser aperfeiçoado e desenvolvido. Como *método de luta*, busca a anulação do sistema capitalista pela ação direta, pela greve geral revolucionária e pela substituição por um novo tipo de sociedade fundada na autogestão. De acordo com Rodrigues (1999), a força do anarcossindicalismo está no conjunto de organizações operárias (sindicatos, uniões e federações) voluntárias, livremente associadas. [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_anarco\\_sindicaliso.htm#\\_ftn1](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_anarco_sindicaliso.htm#_ftn1).

## 8. Industrialização e lutas sociais por educação e cidadania

### a) A industrialização no Brasil

Sabemos que o processo de industrialização no Brasil teve início a partir da segunda metade do século XIX e avançou lentamente no decorrer da Primeira República. Mas como ocorreu o processo de industrialização em nosso país? Como foi a relação entre operários e patrões neste período inicial do processo de industrialização brasileiro? No Brasil, como o Estado se comportou diante das demandas da classe operária? Qual foi a estratégia usada pelos trabalhadores na luta por seus direitos?

### b) O processo de industrialização

A industrialização era um processo distinto da simples criação de indústrias, pois implicava na constituição da ordem social capitalista, com os grupos sociais que a caracterizavam: a burguesia industrial e a classe operária. Na virada do século XIX para o XX, teve início o processo de industrialização no Brasil.

Alguns fatores contribuíram para que esse processo ocorresse, como a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre de imigrantes europeus nas lavouras de café. O número de imigrantes presentes no Brasil, entre 1888 e 1900, era superior às necessidades de mão de obra da cafeicultura.

A presença desses trabalhadores no Brasil foi importante para o processo de industrialização, pois, além de formarem um contingente de mão de obra para as fábricas, constituíram um mercado consumidor para a produção industrial.

Outro fator importante para o processo de industrialização foi a oferta de capitais originários da atividade cafeeira, que foram aplicados em outros setores produtivos, como o industrial. É claro que isso criou uma dependência do setor industrial à cafeicultura, inibindo a expansão das atividades industriais no Brasil. Outros fatores também contribuíram para a limitação do processo de industrialização, como a dependência externa.

### c) A luta da classe operária brasileira

No Brasil, o movimento operário teve suas origens com a chegada dos imigrantes europeus, que foram absorvidos pela indústria. Sob a influência das ideias anarquistas, foram fundados os primeiros sindicatos.

A burguesia brasileira, não acostumada ao diálogo com as classes sociais menos favorecidas, via com desconfiança o movimento operário. Nos primeiros anos da República, alguns políticos ligados ao governo, sob influência do ideal positivista de controle social, buscaram elaborar uma legislação trabalhista que contemplasse apenas os funcionários públicos.

No início do século XX, o número de entidades associativas operárias era significativo e a legislação buscou criar uma regulamentação para a vida sindical, que então nascia no país. Em 1907, foi sancionada a Lei que criava sindicatos profissionais e sociedades cooperativas, que já existiam de fato. Porém, apesar de a lei parecer respeitar a autonomia dos sindicatos, na verdade, apresentava em alguns de seus artigos mecanismos para excluir os imigrantes da direção dos sindicatos e, assim, tentar afastar as influências anarquistas, que então orientavam o movimento operário.



Mas, entre 1891 e 1919, não ocorreram grandes avanços em termos de legislação trabalhista no país, o que provocou a reação do movimento operário, com a deflagração de inúmeras greves. O anarcossindicalismo tentou criar uma entidade sindical de âmbito nacional e, em 1906, ocorreu o primeiro congresso operário brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, quando é proposta a criação da **Confederação Operária Brasileira (COB)**, que passou a funcionar a partir de 1908.

**Confederação Operária Brasileira (COB):** foi criada, em 1906, no Congresso Operário Brasileiro e votada para funcionar em 1908. Inspirada nos moldes da CGT francesa, então fiel ao **Sindicalismo** da Primeira Internacional, ficou provisoriamente com sede na rua do Hospício (atual Rua Buenos Aires), nº. 156, no Centro do Rio de Janeiro, sendo indicado seu secretário-geral Ramiro Moreira Lobo.

Sua organização é de inspiração anarcossindicalista contrapondo-se criticamente às centrais sindicais existentes e institucionalizadas, sobre as quais diz serem pautadas por um autoritarismo e partidarismo, incapaz de expressar de fato os interesses da classe trabalhadora que, segundo a vertente anarcossindicalista, seria o completo rompimento não só da dominação econômica com também da política. Estendia-se, portanto, à libertação do domínio do Estado e dos governos tanto quanto dos partidos que os compõem.

Ao mesmo tempo, a corrente anarquista organizou inúmeros jornais de circulação nos meios operários. A greve geral de 1917, em São Paulo, deixou exposto o confronto entre os operários influenciados por ideais revolucionários e um patronato apoiado por um Estado acostumado a tratar as lutas populares como “caso de polícia”. Além das greves operárias, no decorrer da Primeira República, o país assistiu a outros movimentos sociais, tanto no campo, como no meio urbano.

#### d) Tensão no campo e na cidade

A Primeira República foi marcada por várias revoltas populares no meio urbano: na cidade do Rio de Janeiro, ocorreram a Revolta da Vacina e a **Revolta da Chibata**. O meio rural brasileiro também foi palco de revoltas como: a Guerra de Canudos na Bahia, e a Guerra do Contestado, na divisa dos estados do Paraná e Santa Catarina.

As revoltas, em geral, tiveram como causas a ausência do Estado no atendimento das necessidades básicas da população. Esses movimentos foram duramente reprimidos com o uso de forças militares. A República recém-instalada reproduzia o modelo excludente que sempre vigorara no Brasil.

A **Revolta dos Marinheiros**, ainda conhecida como “**Revolta da Chibata**”, foi um movimento de marinheiros do Brasil, planejado por cerca de dois anos. Culminou com um motim que se estendeu de 22 até 27 de novembro de 1910, na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, à época a capital do país, sob a liderança do marinheiro João Cândido Felisberto. Rebelaram-se cerca de 2400 marinheiros contra a aplicação de castigos físicos a eles impostos (as faltas graves eram punidas com 25 chibatadas), ameaçando bombardear a cidade.

#### e) República, educação e cidadania

Apesar de os republicanos buscarem na educação um instrumento para a consolidação da nova ordem, não houve uma ampliação da oferta de ensino público às camadas populares nesse período.

A primeira Constituição republicana do país, promulgada em 1891, estabelecia que estava sob a responsabilidade da União a promoção do ensino superior, enquanto era transferida para os estados e municípios a promoção dos ensinos primário e secundário.

Se até 1881, no final do Império, o critério para participar do processo eleitoral era a renda, na República, era preciso saber ler e escrever. A maior parte da população brasileira se concentrava no meio rural e não era alfabetizada e, portanto, continuava privada dos direitos políticos. Como podemos observar, a questão social não era tratada com a devida atenção.

# ESTADO E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL PÓS-1930

## 1. A Revolução de 1930

Os anos de 1920 marcaram a crise da Primeira República, o movimento operário, que havia ganhado força na década anterior, passaria a sofrer a influência do **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**, fundado em 1922. Nesse mesmo ano, o país seria sacudido com a Revolta do Forte de Copacabana, que daria início a uma série de episódios que ficariam conhecidos como o **Movimento Tenentista**. Em São Paulo, a intelectualidade promoveu a Semana de Arte Moderna, um manifesto contra o modelo cultural do Estado republicano.

**Partido Comunista Brasileiro (PCB)** é um partido político brasileiro de esquerda, ideologicamente baseado em Karl Marx e Friedrich Engels, e de organização baseada nas teorias de Lênin. Fundado em 25 de março de 1922, seu símbolo, segundo seus estatutos, “é uma foice e um martelo, cruzados, simbolizando a aliança operário-camponesa, sob os quais está escrita a legenda “Partido Comunista Brasileiro”.

**Movimento Tenentista:** A Primeira Guerra Mundial colocou na ordem do dia a questão da defesa nacional. Governo e setores da sociedade começaram, então, a dar maior atenção às Forças Armadas. Algumas medidas concretas de modernização foram adotadas: o recrutamento universal e a vinda da Missão Francesa para melhor formar os oficiais brasileiros.

Só que no começo dos anos 1920 a situação continuava desalentadora no exército. Faltava de tudo: armamento, cavalos, medicamentos, instrução para a tropa. Os oficiais brasileiros se ressentiam de uma política mais eficaz e mostravam-se descontentes com a nomeação do civil Pandiá Calógeras para o Ministério da Guerra pelo presidente Epitácio Pessoa. Os soldos permaneciam baixos e o governo não fazia menção de aumentá-los.

Esta situação afetava particularmente os tenentes. Havia um grande número deles, e as promoções eram muito lentas. Um segundo-tenente podia demorar dez anos para alcançar a patente de capitão.

Foi nesse quadro de crescente insatisfação, com as condições do Exército e com a política do governo, que eclodiram diversos levantes militares. A presença significativa de tenentes na condução desses movimentos deu origem ao termo “*tenentismo*”. Os principais movimentos tenentistas da década de 1920 foram os 18 do Forte, os levantes de 1924 e a Coluna Prestes.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/MovimentoTenentista>.

Em 1929, a crise econômica desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, além dos prejuízos à economia do país, também abalou a política, provocando a ruptura da *Política do café com leite* - arranjo político que garantiu o predomínio de Minas Gerais e São Paulo no cenário político da Primeira República. O resultado foi a formação da Aliança Liberal, formada por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que lançariam Getúlio Vargas como candidato à presidência da República, em oposição ao candidato paulista Júlio Prestes.



Mas a derrota de Vargas nas eleições desencadeou uma série de protestos promovidos por vários segmentos sociais. Eles culminaram com um movimento armado, que impediu a posse de Júlio Prestes e levou Getúlio Vargas ao poder. Este movimento ficou conhecido como a Revolução de 1930.

## 2. O Estado e classes populares urbanas

A mudança mais significativa após a **chegada de Vargas ao poder** ocorreu no relacionamento entre o Estado e as classes trabalhadoras urbanas, particularmente o operariado.

O avanço do movimento operário sob influência das ideias socialistas assustava a burguesia. As reivindicações da classe operária por aumentos salariais, redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, pela conquista dos direitos trabalhistas, foram tratadas no decorrer da Primeira República como ‘caso de polícia’, ou seja, não se abria espaço para o diálogo político para debater as questões sociais; simplesmente usava-se a força para reprimir os operários.

O Estado comandado por Vargas tentou mudar essa postura, sem, no entanto, abrir mão do autoritarismo e da violência. Primeiramente, buscou eliminar as lideranças sindicais mais atuantes e estabeleceu o controle sobre os sindicatos, que até então eram livres. Por outro lado, foi criada uma série de leis trabalhistas, que havia muito tempo eram reivindicadas pelos trabalhadores.

Apesar desse aparente avanço nas relações entre o Estado e os trabalhadores, alguns aspectos permaneceram intocados: não se reconheceu o direito de greve, os sindicatos perderam sua independência e os partidos que representavam os trabalhadores não foram reconhecidos pelo Estado. A partir de 1931, os sindicatos passaram a ser controlados pelo Ministério do Trabalho, sendo mantidos pelo Estado. Dessa forma, o sindicato deixava de ser um órgão de luta dos trabalhadores e passava a ser uma mera repartição pública. Em muitos casos, os direitos trabalhistas eram garantidos apenas aos trabalhadores filiados aos novos sindicatos controlados pelo Estado.

Assim, Vargas criou a imagem do *pai que acolhe os filhos* em suas necessidades: o **“pai dos pobres”**. É importante lembrar que a legislação trabalhista era estendida apenas aos trabalhadores urbanos; os rurais só teriam seus direitos garantidos por lei no início da década de 1960.

## 3. O Governo Vargas e o controle social

Com a criação de uma legislação trabalhista e o atrelamento dos sindicatos ao Estado, Vargas buscava manter a classe operária sob controle. Essa estratégia se confirmou com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), decretada durante a ditadura do Estado Novo. Tal legislação era inspirada na **Carta Del Lavoro**, do Estado fascista italiano.

A **Carta Del Lavoro**, aprovada pelo *Gran Consiglio* (Grande Conselho) fascista em 21 de abril de 1930, consiste num documento constituído por 30 declarações que coordenaram as leis sobre previdência e assistência dos trabalhadores. Embora não tendo caráter de lei, ditou as normas e diretrizes para a regulação das relações jurídicas no campo da produção e do trabalho na Itália. <http://direitotrabalhistas.blogspot.com.br/2011/05/o-fascismo-no-direito-do-trabalho.html>.

Vargas buscava promover a expansão industrial e, ao mesmo tempo, conter o crescimento social e político do proletariado e das classes populares urbanas, na tentativa de conformá-lo à dominação burguesa.

A personificação da figura do líder ao qual o povo estava subordinado ajudou a consolidar o poder de Getúlio Vargas. A origem rural dos trabalhadores urbanos, acostumados ao domínio dos coronéis, explicaria seu apoio a líderes paternalistas, como Vargas. Estava aberto o caminho para o populismo.

#### 4. O Populismo

O processo de urbanização e industrialização brasileiro ocorrido a partir da década de 1940 tornava as classes populares urbanas uma força social e política que não podia ser mais ignorada. Para manter o controle sobre a sociedade, o Estado, que representava as classes dominantes, tinha duas alternativas: a incorporação controlada das classes populares à vida política ou a sua exclusão violenta do processo político. O populismo representou a primeira dessas alternativas. Esse tema será retomado mais à frente.

#### 5. A Era Vargas e a Educação

O início da década de 1930 foi marcado pelo debate sobre a educação envolvendo os positivistas, os defensores da **Escola Nova** e a Igreja Católica. A corrente *escolanovista* defendia, entre outras coisas, o ensino laico para todos, contrariando os interesses da Igreja.

**Escola nova:** é um dos nomes dados a um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. «Escola Ativa» ou «Escola Progressiva» são termos mais apropriados para descrever esse movimento que, apesar de muito criticado, ainda pode ter muitas ideias interessantes a nos oferecer.

Os primeiros grandes inspiradores da Escola Nova foram o escritor Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e os pedagogos Heinrich Pestalozzi (1746-1827) e Friedrich Fröbel (1782-1852). O grande nome do movimento na América foi o filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952). O psicólogo Edouard Claparède (1873-1940) e o educador Adolphe Ferrière (1879-1960), entre muitos outros, foram os expoentes na Europa.

No Brasil, as ideias da Escola Nova foram introduzidas, já em 1882, por Rui Barbosa (1849-1923). No século XX, vários educadores se destacaram, especialmente após a divulgação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932. Podemos mencionar Lourenço Filho (1897-1970) e Anísio Teixeira (1900-1971), grandes humanistas e nomes importantes de nossa história pedagógica.

Um conceito essencial do movimento aparece especialmente em Dewey. Para ele, as escolas deviam deixar de ser meros locais de transmissão de conhecimentos e tornar-se pequenas comunidades.

Durante o governo provisório de Vargas (1930-1934), foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. O primeiro a ocupar esta pasta foi o mineiro Francisco Campos, que em 1927 havia promovido a reforma escolanovista em Minas Gerais. Figura contraditória, com ligações com a igreja católica e simpatizante do fascismo, em 1931, promoveu a primeira reforma no ensino da Era Vargas, decretando o retorno do ensino religioso facultativo nas escolas públicas. Campos via a necessidade de buscar na igreja apoio político e ideológico para o novo regime.



Essa reforma educacional foi implementada por meio de decretos nos quais se criou o Conselho Nacional de Educação; estruturou o ensino superior no país, adotando o regime universitário; organizou o ensino secundário e o comercial, mas houve uma total omissão com a organização do ensino primário.

Em 1934, Francisco Campos foi substituído por Gustavo Capanema, que deu continuidade ao processo de reforma educacional. Capanema promoveu uma reforma que abrangia os ensinos industriais, secundário, comercial, primário, normal e agrícola. Criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que eram mantidos pelas empresas.

A Lei Orgânica do ensino profissionalizante criou dois tipos de escolas: as escolas oficiais - preferidas pelas famílias da classe média que buscavam ascensão social - e aquelas mantidas pelas empresas, como o Senai e o Senac, que atendiam aos filhos das famílias de baixa renda e estavam destinadas a formar mão de obra.

# EDUCAÇÃO E CIDADANIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

## 1. Os movimentos sociais no campo (1946-1964)

### a) Fim da ditadura Vargas

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a derrota do fascismo, vários setores da sociedade brasileira começaram a contestar o governo ditatorial de Getúlio Vargas e a defender a democracia. Em 29 de outubro de 1945, Vargas foi deposto por um movimento militar liderado por generais.

**Fascismo:** foi um regime político instaurado por Benito Mussolini na Itália, depois do final da Primeira Guerra Mundial. Caracterizou-se pela ditadura e totalitarismo, pelo nacionalismo agressivo, militarismo e imperialismo, pelo culto do chefe, pelo anticomunismo, pela repressão e pelo corporativismo. Para por em prática os seus princípios, foi instaurado na Itália o regime de partido único, foram ignorados os direitos individuais dos cidadãos, o Parlamento foi transformado num simples órgão consultivo, foi criada a polícia política e a oposição foi sujeita à repressão muitas vezes violenta.

O fascismo serviu de modelo a diversas outras ditaduras que se implantaram na Europa no período entre as duas Guerras Mundiais, entre as quais a ditadura Salazarista (Portugal), razão pela qual passou a designar qualquer regime ditatorial totalitarista de direita. [http://www.notapositiva.com/dicionario\\_historia/fascismo.htm](http://www.notapositiva.com/dicionario_historia/fascismo.htm).

São convocadas eleições para presidente da República e para uma Assembleia Nacional Constituinte. O general Eurico Gaspar Dutra seria eleito presidente da República, inaugurando um período que se estenderia até 1964, quando o exercício da democracia esteve garantido, dentro de certos limites.

### b) A Constituição de 1946

Promulgada em 18 de setembro de 1946, a nova Constituição apresentava como principais características: igualdade de todos perante a lei; a liberdade de manifestação de pensamento, sem censura, a não ser em espetáculos e diversões públicas; a inviolabilidade do sigilo de correspondência; a liberdade de consciência, de crença e de exercício de cultos religiosos; a liberdade de associação para fins lícitos; a inviolabilidade da casa como asilo do indivíduo; a prisão só em flagrante delito ou por ordem de autoridade competente e a garantia ampla de defesa do acusado; extinção da pena de morte e separação dos três poderes.



### c) Caráter liberal da Constituição de 1946

A Constituição de 1946 era de caráter democrático e liberal, como podemos perceber nos seguintes pontos: preservação do regime republicano, federativo e presidencialista; voto secreto e universal para maiores de 18 anos, excetuando-se os analfabetos, cabos e soldados; direito à associação de classe, de pensamento e expressão; direito de greve garantidos aos trabalhadores e preservação das conquistas efetuadas no campo trabalhista.

#### d) Influências do contexto externo

Apesar das características até aqui apresentadas, veremos que o governo Dutra será marcado pelo fechamento do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e exoneração dos funcionários públicos ligados a esse partido, além do rompimento diplomático com a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (U.R.S.S.). Era o contexto da guerra fria e o Brasil se alinhava ao bloco capitalista.

Ao mesmo tempo, o debate político se ampliava cada vez mais e envolvia os mais diversos segmentos da sociedade brasileira. Questões como desenvolvimento versus subdesenvolvimento, o avanço industrial nos países periféricos e o crescimento dos países não alinhados ganhavam espaço nos debates.

#### e) Organização político partidária

É importante lembrar que entre 1946 e 1964 havia uma intensa atividade política envolvendo os partidos criados no final do Estado Novo. Esses partidos formariam duas correntes políticas antagônicas: a **corrente nacionalista**, formada pelo Partido Social Democrático (PSD)/Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a **corrente liberal**, também chamada de “entreguista”, por se alinhar aos interesses dos Estados Unidos e representada pela União Democrática Nacional (UDN). O PCB (Partido Comunista Brasileiro), mesmo na clandestinidade, continuava a exercer forte atividade política nesse período, se alinhando aos nacionalistas.

## 2. Movimento social no campo: as Ligas Camponesas

Nas primeiras décadas do século XX, a economia açucareira nordestina passou por um período de crise, com a baixa dos preços do açúcar no mercado externo, levando muitos senhores de engenho a alugar suas terras a pequenos agricultores.

No final da década de 1940, os preços do açúcar voltaram a subir e os fazendeiros começaram a expulsar os camponeses de suas terras para retomar a produção açucareira e esses passaram a formar um contingente de trabalhadores temporários para o corte da cana. Por outro lado, aqueles que não se sujeitavam a esse tipo de trabalho iniciaram um processo migratório para os centros urbanos do Sudeste.



No Nordeste, os camponeses se organizaram para resistir a este processo de expulsão da terra. Em 1955, era formada a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, que posteriormente passaria a ser chamada de **Liga Camponesa da Galileia**.

As primeiras **Ligas Camponesas** surgiram no Brasil, em 1945, logo após a redemocratização do país, depois da ditadura do presidente Getúlio Vargas. Camponeses e trabalhadores rurais se organizaram em associações civis, sob a iniciativa e direção do recém-legalizado Partido Comunista Brasileiro – PCB. Foram criadas ligas e associações rurais em quase todos os estados.

Em 1948, no entanto, com a proscricção do PCB houve o desmoronamento das organizações de trabalhadores no Brasil. Entre 1948 e 1954, eram poucas as organizações camponesas que funcionavam e raríssimas as que ainda conservavam o nome de Liga, como a Liga Camponesa da *Iputinga*, dirigida por José dos Prazeres, um dos líderes do movimento em Pernambuco e localizada no bairro do mesmo nome, na zona oeste da cidade do Recife.

Em janeiro de 1955, com a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, a SAPP, localizada no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão (PE), houve o ressurgimento das Ligas Camponesas no Nordeste. A partir daí, deixaram de ser organizações e passaram a ser um movimento agrário, que contagiou um grande contingente de trabalhadores rurais e também urbanos.[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=315&Itemid=191](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=315&Itemid=191)

Sob a liderança do advogado e deputado socialista Francisco Julião, as Ligas Camponesas proliferaram rapidamente. Julião propôs aos camponeses constituir sociedades civis para lutarem contra a exploração e a ameaça de expulsão da terra. Como sociedade civil, dispensaria as formalidades exigidas para o reconhecimento de um sindicato pelo ministério do trabalho.

A principal bandeira de luta das ligas camponesas era a reforma agrária profunda. O golpe de 1964, que derrubou o presidente João Goulart, interrompeu o processo de organização dos camponeses, que naquele momento ganhava força.

#### a) Propostas de educação do campo

As tensões que surgiam no meio rural brasileiro entre 1946 e 1964, em meio ao avanço do capitalismo no campo, levaram o Estado a desenvolver propostas educacionais que reforçassem os valores camponeses, com a finalidade de fixar o homem à terra. Nessa perspectiva, na década de 1940 foram criados vários programas educacionais sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e do Ministério da Educação e Saúde, como também por organizações norte-americanas, como a **Comissão Brasileiro-Americana de Educação de Populações Rurais (CBAR)**

**Comissão Brasileiro-Americana de Educação de Populações Rurais (CBAR):** Além da assistência técnica, o ensino agrícola no Brasil também teve forte influência dos EUA. Nas reflexões de Mendonça (2006, p. 102), entre as décadas de 1940 e 1950, houve diversos tratados, acordos e planos entre ambos os países. Um destes acordos tinha por objetivos:

a) desenvolver relações mais íntimas com docentes do ensino agrícola dos Estados Unidos; b) facilitar o treinamento de brasileiros e americanos especializados em ensino profissional agrícola; e c) programar atividades no setor da educação rural que fossem do interesse das partes contratantes.

A partir desse acordo, surgiu a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) que passou a atuar a partir de 1947 e ficou sob a gerência do MA. O acordo permitiu a multiplicação de Centros de Treinamento de Operários Agrários, espalhados por todo o país, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. O acordo realizado com a CBAR obrigava o MA a fundar clubes agrícolas que funcionariam junto às escolas primárias do meio rural.[http://www.revistapindorama.ifba.edu.br/files/4\\_4\\_6\\_Formacao\\_de\\_tecnicos\\_e\\_extensionistas.pdf](http://www.revistapindorama.ifba.edu.br/files/4_4_6_Formacao_de_tecnicos_e_extensionistas.pdf). Estes programas eram caracterizados pelo oferecimento de cursos rápidos e práticos, por meio de veículos como o rádio, a imprensa, o cinema, publicações e semanas ruralistas. Em 1947, foi implantada a campanha de educação de adultos.

Em 1950, Anísio Teixeira criou o **Centro Popular de Educação**, na Bahia. Três anos depois, foi criado o Ministério da Educação e Cultura. Essas iniciativas, porém, **não surtiram os efeitos desejados**: os programas não levavam em consideração a realidade do campo; havia carência de professores habilitados e o nível de aprendizagem era considerado baixo. Dessa forma, o processo de expulsão dos trabalhadores do campo se intensificou.



**Centro Popular de Educação:** A instituição educacional idealizada por Anísio Teixeira era chamada de Centro de Educação Popular, uma escola de educação primária ministrada em nova dimensão, dentro da mais avançada doutrina pedagógica, cujo principal objetivo era dar às crianças uma *educação integral*.

Constituído de vários pavilhões: o da Escola Parque e os das Escolas-Classe. A Escola Parque era destinada às atividades educativas, como: trabalhos manuais, artes industriais, educação artística, educação física e atividades socializantes. Nas escolas-classe se desenvolviam as atividades normais ou convencionais das demais escolas, estudando ciências físicas e sociais, leitura, escrita e aritmética.

Durante um turno a criança estudava numa das escolas-classe e no outro turno na escola-parque. No Centro de Educação Popular, a criança recebe toda assistência: médico, dentista, orientador educacional, além da merenda escolar.

#### **b) A Igreja Católica**

Nos anos de 1950, o conservadorismo da Igreja Católica no Brasil começou a ser rompido. Sob influência da teologia mais progressista e preocupada em denunciar a violência e as injustiças sociais, parte do clero e setores da sociedade civil ligados à igreja procuraram reorientar suas ações.

Em 1950, a Ação Católica Brasileira (ACBB) foi reorganizada e ganharia maior liberdade de ação. Ligada a uma militância composta por jovens, a ACBB coordenava a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).

Em 1952, foi criada a **Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB)**, sob a liderança de dom Helder Câmara. A CNBB teve forte atuação no meio rural, principalmente no Nordeste.

A **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)** é um organismo permanente que reúne os Bispos católicos do Brasil que, conforme o Código de Direito Canônico, “exercem conjuntamente certas funções pastorais em favor dos fiéis do seu território, a fim de promover o maior bem que a Igreja proporciona aos homens, principalmente em formas e modalidades de apostolado devidamente adaptadas às circunstâncias de tempo e lugar, de acordo com o direito” (Cân. 447). Pertencem à CNBB, pelo próprio direito, todos os bispos diocesanos do Brasil e os que são a eles equiparados pelo direito, os bispos co-adjutores, auxiliares e os outros bispos titulares que exercem no mesmo território algum encargo especial, confiado pela Sé Apostólica ou pela Conferência dos Bispos (cf. Cân. 450). A CNBB foi fundada em 14 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro. A transferência da sede para Brasília aconteceu em 1977. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia\\_Nacional\\_dos\\_Bispos\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_Nacional_dos_Bispos_do_Brasil)

Por meio da CNBB, foi criado um sistema de educação radiofônico em cinco dioceses do Nordeste. Essa experiência estimulou a criação do Movimento de Educação de Base (MEB). No início da década de 1960, membros da JUC formaram a Ação Popular (AP), um movimento de vanguarda que aglutinava a esquerda católica, que defendia um socialismo humanista voltado à conscientização e à organização do povo.

### **3. O Movimento dos Trabalhadores Urbanos**

Esse período também foi marcado pela intensa movimentação da classe trabalhadora urbana, tanto no que diz respeito ao apoio à corrente nacionalista,

como na campanha **“O Petróleo é Nosso”**, quanto na luta por melhores salários.

**“O Petróleo é Nosso”**: A Petróleo Brasil S/A (Petrobras) foi criada no dia 3 de outubro de 1953, pelo então presidente Getúlio Vargas, tendo como principal objetivo a exploração petrolífera no Brasil em prol da União, impulsionado pela campanha popular iniciada em 1946, cujo slogan era “o petróleo é nosso”. Consiste numa empresa estatal de economia mista, ou seja, é uma empresa de capital aberto, sendo o governo do Brasil o acionista majoritário. A Petrobras atua nos seguintes segmentos: exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, bicomcombustíveis, além de outras fontes energéticas renováveis. <http://www.brasile scola.com/brasil/a-petrobras.htm>

Como afirmamos anteriormente, o pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por avanços no processo de industrialização, que promoveram o crescimento urbano. É nesse contexto que ocorreu o recrudescimento do movimento operário visando à reposição das perdas salariais.

Desde que foi criado, em 1941, até o início da década de 1950, o salário mínimo ainda não havia sofrido reajustes. O aumento do custo de vida, aliado às perdas salariais seriam o estopim para a **Greve dos 300 mil**, ocorrida em 1953, em meio à crise do segundo governo Vargas. Em 1957, já no governo de Juscelino Kubitschek (J.K.) ocorreu a greve dos 400 mil, deixando claro que aqueles não eram anos tão dourados assim.

#### **Greve dos 300 mil foi escola de sindicalismo**

Foi na tarde da quarta-feira, 18 de março de 1953, que chegou o aviso: numa passeata chamada de “Panela Vazia”, 60 mil pessoas saíram pacificamente da praça da Sé rumo ao palácio Campos Elíseos (antiga sede do governo estadual), exigindo reajustes nos salários. Uma semana mais tarde, eclodiria uma das mais importantes greves da história do sindicalismo, a “Greve dos 300 mil”, que paralisou São Paulo. “Foi uma verdadeira escola para o movimento sindical”, define Paul Singer, 71, atual secretário Nacional de Economia Solidária, e que na época era membro do comitê intersindical da greve e da comissão de salários da Elevadores Atlas. O movimento, que durou quase um mês, resultou na vitória dos grevistas, com aumento salarial de 32% --principal reivindicação dos trabalhadores. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, no período de 1943 a 1951, o custo de vida em São Paulo havia aumentado cerca de 100%, contra apenas 14% do salário mínimo. “Todos estavam insatisfeitos com a perda do poder de compra do salário devido à inflação”, explica Singer.

(KIYOMORI

MORI

da Folha de S.Paulo <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u88207.shtml>.

## **4. O Movimento Negro**

A questão racial também estava na pauta dos debates. Em 1950, foi realizado, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso do Negro Brasileiro, organizado por Abdias do Nascimento, na época um dos diretores do Teatro Experimental Negro (TEN). Ainda no Rio de Janeiro, no mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional de Mulheres Negras.



No decorrer da década de 1950, em várias cidades brasileiras, surgiram jornais que tratavam especificamente das dificuldades enfrentadas pelos negros, em um país que se autoproclamava uma "democracia racial".

Em 1951, quando foi aprovada a Lei Afonso Arinos, que classificava como contravenção penal a discriminação de cor, raça e religião, ainda persistiam as perseguições aos cultos de origem africana.

## 5. O Teatro e a Política

As artes cênicas também deram sua contribuição àquele momento político, com peças que abordavam os problemas sociais brasileiros. Um dos maiores expoentes deste teatro politizado foi o **Teatro de Arena**, grupo formado em 1953, por alunos da Escola de Arte Dramática (EAD) de São Paulo.

O **Teatro de Arena de São Paulo** (ou somente **Teatro de Arena**) foi um dos mais importantes grupos teatrais brasileiros das décadas de 1950 e 60. Iniciou-se em 1953 tendo promovido uma renovação e nacionalização do teatro brasileiro, e terminou em 1972. Em seu palco, de cerca de 90 lugares, hoje Teatro de Arena Eugênio Kusnet, apresentaram-se espetáculos de importantes diretores e dramaturgos brasileiros, como José Renato Pécora, Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri.

Em 1958 encenaram *Eles não usam Black Tie*, escrito por Gianfrancesco Guarnieri, principal ator do grupo. Pela primeira vez era levada ao palco uma peça que mostrava os dilemas de um operário consciente. Segundo a historiadora Marly Rodrigues (1996), o grupo Arena foi responsável pela divulgação do teatro como arma política.

Ainda, em 1958 surgiu, em São Paulo, o Grupo Oficina, liderado por José Celso Martinez Correa, também envolvido com a mesma proposta de um teatro politizado. Destaca-se também a proposta de **Augusto Boal e o Teatro do Oprimido**.

**Augusto Boal e o Teatro do Oprimido: Augusto Pinto Boal** (1931 -2009) foi diretor de teatro, dramaturgo e ensaísta brasileiro, uma das grandes figuras do teatro contemporâneo internacional. Fundador do Teatro do Oprimido, que aliava o teatro à ação social, suas técnicas e práticas difundiram-se pelo mundo, notadamente nas três últimas décadas do século XX, sendo largamente empregadas não só por aqueles que entendem o teatro como instrumento de emancipação política, mas também nas áreas de educação, saúde mental e no sistema prisional. Nas palavras de Boal:

*"O Teatro do Oprimido é o teatro no sentido mais arcaico do termo. Todos os seres humanos são atores - porque atuam - e espectadores - porque observam. Somos todos 'espectadores'."*

## 6. A UNE e os Centros Populares de Cultura (CPCs)

Em 1961, surgiu, no Rio de Janeiro, o primeiro Centro Popular de Cultura (CPC). Ligado à União Nacional de Estudantes (UNE), tinha como proposta a construção de uma cultura "nacional, popular e democrática". Em seus quadros estavam jovens intelectuais, que propunham, por meio dos CPCs espalhados por todo o país, desenvolver atividades de conscientização das camadas populares.



Oduvaldo Viana Filho, o Vianinha <http://blogdotataritaritata.blogspot.com.br/2013/03/papa-highirte-de-oduvaldo-vianna-filho.html>

#### a) CPC: arte sobre o povo e para o povo

A criação do Centro Popular de Cultura (CPC) foi iniciativa de artistas, como o cineasta Cacá Diegues, o compositor Carlos Lyra, o dramaturgo Oduvaldo Viana Filho (o Vianinha) e o ator Francisco Milani. Eles queriam uma arte voltada para o povo. A ideia surgiu quando Vianinha - influenciado pelas leituras de Bertolt Brecht - e Carlos Estêvam, recém-formado em filosofia, produziram a peça *A mais-valia vai acabar, seu Edgar*, que foi encenada no pátio da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (RJ), em 1962.

Apesar da intenção de produzir uma arte que falasse sobre o povo e para o povo, transmitir, pelo teatro, de forma simples e inteligível, complicados conceitos marxistas com a mais-valia não era tarefa fácil e nem sempre bem-sucedida. O clima interno era de permanente autocrítica, debate e inquietação. A iniciativa funcionava no prédio da UNE e tinha recursos financeiros que lhe permitiam produzir filmes como *Cinco vezes favela*, de Carlos Diegues, e peças de teatro como *Auto dos 99%* e *Eles não usam black tie*. Sufocado pela ditadura, o CPC manteve sua marca político-social, influenciando as gerações futuras do mundo da arte. Na tentativa de resgatar o espírito artístico dos estudantes, desde 1999, a UNE realiza bienais de cultura (RUY, 2007, p.94).



Com uma produção voltada para as massas, encenavam peças nas portas de fábricas, sindicatos e favelas; publicavam cadernos de poesia, vendidos a preços populares, e patrocinavam a produção de peças teatrais, discos e filmes.

Promoveram também cursos de teatro, filosofia e cinema, dentre outros. Além disso, excursionaram por três meses, visitando todas as capitais do Brasil, buscando travar contato com as bases universitárias, camponesas e operárias. Com o golpe militar de 1964, a UNE foi fechada e as atividades dos CPCs proibidas.

## 7. Propostas de educação

A expansão dos movimentos sociais e o engajamento dos jovens intelectuais com as questões sociais brasileiras também desencadearam ações no campo da educação nesse período. A ideia de promover a conscientização das massas deu origem a vários grupos e pequenas instituições vinculadas aos governos estaduais e municipais ou ao movimento estudantil.

Em 1960, era criado em Pernambuco, com o apoio de Miguel Arraes, então

prefeito de Recife, o Movimento de Cultura Popular (MCP). Suas atividades eram orientadas para a conscientização das massas, por meio da alfabetização e educação de base. Para isso, formaram núcleos em favelas e bairros pobres.

É desse período também a proposta educacional de Paulo Freire, que buscava superar os métodos de ensino tradicionais. Ao invés das cartilhas, buscava-se pela palavra *política* orientar a aprendizagem de deflagrar a tomada de consciência das populações marginalizadas a respeito das questões sociais por elas enfrentadas.

## 8. Novo Sindicalismo, Pastorais, Carestia e Abertura Política

A partir da segunda metade da década de 1970, o protesto urbano ressurgia com as greves e a renovação no movimento sindical ligado aos metalúrgicos do ABCD paulista. O chamado “novo sindicalismo” tornou-se uma força importante nas greves operárias, de 1978-79, destacando-se como liderança Luiz Ignácio “Lula” da Silva.

O chamado “novo sindicalismo” - surgido em São Bernardo do Campo e que se tornou força significativa com as greves operárias de 1978-79 - e os movimentos de moradores na periferia apresentavam um traço em comum. Eram movimentos que afirmavam sua total autonomia, em relação à ingerência do Estado e em relação à sua manipulação por políticos e partidos políticos ligados às classes dominantes da sociedade (e mesmo em relação à esquerda ortodoxa, como o PCB, que também havia participado do jogo político populista).



Esses novos atores da cena política brasileira definiam sua identidade em oposição ao passado de manipulação populista dos movimentos populares. Por isso mesmo, despertaram a esperança de que se estava frente, afinal, ao processo de organização e de expressão política independentes das classes populares brasileiras. E a presença organizada e independente dos “de baixo” era vista – e, obviamente, ainda o é – como o passo decisivo para a democratização da vida social e das estruturas de poder da sociedade brasileira. (VITA, 1994, p.78)

O novo sindicalismo afirmava a sua total autonomia em relação ao Estado, opondo-se à política do governo de fixação dos reajustes anuais de salários e defendeu a negociação coletiva entre sindicatos e empregadores, sem a mediação estatal. Exigiu o direito irrestrito de greve e a liberdade de autonomia sindical. Propôs um sindicalismo mais mobilizador e menos burocratizado.

## 9. A Carestia

Entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980, o custo de vida elevou-se vertiginosamente devido à crise instalada desde o fracasso do *Milagre Econômico Brasileiro*, em 1973, afetando diretamente o poder de compra da classe assalariada.

Em agosto de 1978, o movimento contra o custo de vida promoveu uma das primeiras manifestações após um longo período repressivo. O movimento foi organizado por donas de casa, com o apoio da Igreja Católica. Como de costume, a ação violenta da polícia reprimiu a manifestação. Naquele ano, iniciava-se o processo de abertura política no Brasil.

## 10. Comunidades Eclesiais de Base

Como vimos na aula anterior, diversas organizações e entidades ligadas à Igreja Católica tentaram aproximar-se de vários segmentos da sociedade brasileira durante a década de 1950. No início da década de 1960, surgiram as **Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)**.

As **Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)** são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal (RN), segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda (RJ), segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto. <http://www.estef.edu.br/zugno/wp-content/uploads/2011/05/cebs-freibetto.pdf>. Acessado em 14/10/2013.

Nas palavras do padre Nelito Dornelas, “as CEBs surgiram no Brasil como meio de evangelização que correspondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos de ditadura militar e, ao mesmo tempo, como uma forma de adequar as estruturas da igreja às resoluções pastorais do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965”.

Nas décadas de 1970 e 1980, surgiram outras entidades ligadas à Igreja Católica, como as Comissões de Justiça e Paz (CJP), o Conselho Indigenista missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Por iniciativa do Cardeal Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, em 1972, foi criada a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, que prestou assistência jurídica às vítimas de torturas e prisões políticas, tornando públicas denúncias de crimes praticados pelos órgãos de repressão da ditadura militar.

Com o início do processo de abertura política, após 1975, a CJSP se uniu aos mais variados movimentos sociais e de defesa da redemocratização do Brasil, patrocinando várias campanhas, como: *Contra o Terrorismo de Estado* (1980), *Revogação da Lei de Segurança Nacional* (1983) e *Diretas Já* (1984).

## 11. Movimento pela Anistia

No final da década de 1970 surgiu no Brasil um movimento pedindo *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita* para todos aqueles que se encontravam presos ou exilados por questões políticas.

O movimento ganhou as ruas e sofreu forte repressão por parte dos órgãos de segurança da ditadura. Vários Comitês de Anistia foram criados, após a realização do 1º Congresso de Anistia, realizado em São Paulo, em 1978.

Com o advento do “Novo Sindicalismo”, os sindicatos se envolveram na luta pela anistia em 1979, fortalecendo o movimento. Sob forte pressão da sociedade civil, o governo militar enviou o projeto de lei de anistia ao Congresso Nacional, que não atendia às expectativas da campanha.

O envolvimento do senador Teotônio Vilela, membro da comissão que analisava o projeto de anistia enviado pelo governo, ajudou a popularizar o movimento. Em 1979, presos políticos iniciaram greve de fome que duraria um

mês. Em agosto do mesmo ano, a proposta de anistia enviada pelos militares foi aprovada; presos políticos libertados, e exilados retornaram ao Brasil. Mas a lei também anistiou mandantes e torturadores.

## 12. Campanha das “Diretas Já”



<http://educacao.globo.com/artigo/diretas-ja-movimento-pedia-o-voto-direto.html>

A campanha “Diretas Já” foi um movimento político democrático, com grande participação popular, que ocorreu em 1984. Este movimento apoiava a emenda do deputado federal Dante de Oliveira que restabeleceria as eleições diretas para Presidente da República.

Durante aquele ano, ocorreram diversas passeatas e comícios por todo o Brasil reunindo milhares de pessoas, além de figuras dos cenários político e cultural brasileiro. Em abril de 1984, a emenda constitucional para eleições diretas presidenciais foi colocada em votação, mas não foi aprovada, apesar da pressão popular.

Ficou definido que, para 1985, ocorreria a eleição presidencial de forma indireta, por meio de um Colégio Eleitoral. O ex-senador Tancredo Neves foi eleito presidente da República, mas faleceu antes de assumir o cargo. Em seu lugar assumiu o vice José Sarney. As eleições diretas para presidência só ocorreriam em 1989, conforme ficou estabelecido na Constituição de 1988.

# EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA NOVA REPÚBLICA

## 1. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

Com o fim da ditadura militar, a luta pela reforma agrária foi retomada. Em 1984, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, foi realizado o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na cidade de Cascavel (PR), com a participação de 1500 delegados de todo o país. Este evento deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O MST surgia como força política organizada e com poder de pressão considerável. Além da ocupação da terra, questionava o direito à propriedade vigente. O crescimento do MST provocou uma contramobilização de parte dos proprietários de terra, que fundaram a União Democrática Ruralista (UDR).

A concentração fundiária (de terras) está presente no Brasil desde o primeiro momento da ocupação portuguesa, no século XVI, e permanece até os dias de hoje. O fragmento abaixo traça um pequeno histórico do processo de concentração de terras no país.

### A DISTRIBUIÇÃO DE SESMARIAS

Os capitães-donatários, embora não tivessem a propriedade plena da terra, podiam doar lotes de terras não cultivadas denominados *sesmarias*. Pessoas de perfil social específico podiam requerer uma sesmaria, o que era de interesse da Coroa. Afinal, a presença de sesmeiros em terras não cultivadas era a certeza de ocupação e povoamento do território lusitano, que não parava de se expandir. O chamado direito de posse, o *Uti Possidetis*, foi acionado por Portugal para assegurar a incorporação de diversos territórios pertencentes à Espanha.

A doação de sesmarias revelava-se da maior utilidade para a metrópole. Por sua vez, os “homens de grande prestígio” da colônia viam com muito interesse toda e qualquer oportunidade para requerer uma sesmaria.

Durante o Brasil-Colônia, esse foi o procedimento que resultou numa forte concentração fundiária, bem como numa significativa desigualdade social. Em 1820, o regime de sesmarias foi extinto, mas foram necessários 30 anos para que uma nova legislação fosse criada. Assim, antes que a chamada Lei de Terras passasse a regulamentar os novos critérios de acesso à terra no Brasil, ocorreu um sem-número de ocupações por meio de posses, resultando na expansão da quantidade de pequenas propriedades.

Com o advento da Lei de Terras, em pleno Brasil Império, a terra não é mais patrimônio pessoal do monarca e passa a ser um patrimônio da nação. Porém, a elite dominante possuía praticamente os mesmos interesses e a mesma mentalidade da sociedade colonial. Ou seja, acesso e distribuição de terras permaneciam restritos a uma minoria. Até porque, pela nova legislação, a terra deveria ser comprada a partir de um preço mínimo estipulado e sua aquisição se dava por meio de leilões, com pagamento à vista.[...]

FILIZOLA, Roberto. Muita terra, poucos donos. Revista Carta Capital na Escola, n. 24, p. 57, março, 2008.

## 2. O Movimento Negro

*Movimento Negro* foi como ficou genericamente conhecido o conjunto de movimentos sociais afro-brasileiros surgidos após o fim da Segunda Guerra Mundial. No período da ditadura militar as manifestações ligadas à luta dos negros foram reprimidas. O movimento só voltaria a ganhar força em 1978, com o surgimento do Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial (MNU).



<http://formacaopoliticaconmnu.blogspot.com.br/>

Em 1984, foi criado, no estado de São Paulo, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, órgão público de apoio aos movimentos sociais afro-brasileiros. Em 1989, foi promulgada a Lei Caó, de autoria do deputado Carlos Alberto de Oliveira, que tipificava o racismo como crime.

A partir da década de 1990, os movimentos afro-brasileiros contra o racismo ganharam força. Movimentos jovens ligados ao *rap* e ao *hip-hop* também se expandiram nos grandes centros urbanos. Em 10 de novembro de 2011, foi sancionada a lei 12.519, que instituiu o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, comemorado anualmente no dia 20 de novembro.

## 3. O Movimento das Mulheres

A partir da década de 1980, o movimento feminista ganhou novo fôlego, bem como a questão do combate à violência contra a mulher. No Encontro Feminista de Valinhos (S.P.), foi recomendada a criação dos Centros de Autodefesa, para coibir a violência contra a mulher. Foi instituído, pela lei 6.971, de 9 de junho de 1980, o Dia Nacional da Mulher: 30 de abril.

Em 1985, surgiu, em São Paulo, a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher. Ainda neste ano, com a Nova República, o Congresso aprovou a Lei que criaria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Em 1996, visando às eleições para prefeitos e vereadores, as mulheres se organizaram em todo o país. Por meio do movimento "Mulher Sem Medo do Poder", aumentaram o número de vereadoras e prefeitas em nível nacional. Além disso, o Congresso Nacional incluiu o sistema de cotas na legislação eleitoral, obrigando os partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais. Em 1998, a senadora Benedita da Silva foi a primeira mulher negra a presidir a sessão do Congresso Nacional.

#### 4. Outras formas de organização popular

No decorrer da década de 1990, surgiram outras formas de organização popular mais institucionalizada, como:

- os fóruns nacionais de luta pela moradia;
- os fóruns nacionais pela reforma urbana;
- a central dos movimentos populares;
- o movimento ética na política.

Com o avanço das políticas neoliberais, outros movimentos foram surgindo:

- contra as reformas estatais;
- a ação e cidadania contra a fome;
- movimento dos desempregados;
- ações de aposentados ou pensionistas do sistema previdenciário;
- movimento indígena;
- movimento ecológico;
- movimento dos funcionários públicos da educação e saúde;
- movimento *gay*.

#### 5. Cidadania e a Constituição de 1988

Com o fim da ditadura em 1985, o país passaria a viver um período de transição democrática. É nesse contexto que se reuniu a Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da nova carta constitucional do país. Composta por 559 constituintes, ela manteve-se reunida por 20 meses, até a promulgação, em 1988.

#### 6. A Constituinte e os movimentos sociais

Em 1980, a mobilização em prol da Assembleia Nacional Constituinte começou a envolver não só os setores político partidários, mas também outros setores e instituições da sociedade brasileira, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Federação das Mulheres Paulistas e a Teologia da Libertação, por meio das Comunidades Eclesiais de Base. Militantes operários ligados a esquerda revolucionária derrotada pela ditadura, também se organizavam em torno da Constituinte, além do novo sindicalismo, que surgia como nova força política na sociedade brasileira. Todos esses grupos buscavam formular emendas populares a serem analisadas pela Constituinte.

#### 7. Os limites da participação popular

A participação dos movimentos sociais ao longo da Constituinte não foi constante, nem uniforme, devido a fatores, como a distância do Congresso Nacional de determinadas regiões e o baixo grau de organização, nas periferias dos grandes centros urbanos. Tais limitações não impediram que, entre novembro de 1986 e setembro de 1988, ocorressem, em torno de 225 eventos diferentes, ações coletivas relacionadas à Assembleia Nacional Constituinte.

#### 8. A Constituição e os avanços da cidadania

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a nova Constituição promoveu um avanço no conceito de cidadania. Para o historiador José Murilo de Carvalho, “ela introduziu instrumentos legais importantes de afirmação democrática”.



Pela primeira vez na história do Brasil foi concedido aos analfabetos o direito de votar, também estendido aos jovens entre 16 e 18 anos. Concedeu ainda a todos os cidadãos o direito de saber todas as informações que o governo mantinha sobre ele, por meio do *habeas data*.

Houve outras inovações, como o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso e, mais recentemente, o novo. Ainda havia um capítulo que tratava da legislação da questão indígena e do meio ambiente. O racismo passou a ser considerado crime inafiançável. O texto constitucional colocou **fim à censura** aos meios de comunicação, obras de arte, músicas, filmes, teatro, etc.

### **A Constituição de 1988 e o fim da censura**

Como era:

Uma série de leis e dispositivos diversos era usada para estabelecer os critérios da censura prévia a programas de TV, jornais, e produtos culturais, como filmes, livros, músicas e espetáculos de teatro. A lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968, criou o Conselho Nacional de Censura, que deveria determinar a censura dos programas por faixas etárias. A maioria dos vetos efetivados durante a ditadura militar, contudo, amparava-se em uma lei mais antiga, os 13 capítulos do Decreto 20.493/46: o regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), que regulava da censura prévia ao direito autoral e determinava, dentre outros assuntos, que nenhum filme poderia ser exibido ao público sem censura prévia e sem um certificado de aprovação fornecido pelo SCDP, com validade de cinco anos.

Como ficou:

O artigo 5º Inciso IX da Constituição tornou a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação um direito individual fundamental, independentemente de licença ou censura. Mais adiante, o artigo 220 garantia a mesma manifestação de pensamento, criação, expressão e informação livre de restrições, e era ainda mais explícito em seu parágrafo 2º: "é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística". A Censura Federal foi extinta e seus agentes reaproveitados em outras funções na Polícia Federal, por determinação do artigo 23 das Disposições Transitórias.

<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/09/saiba-o-que-mudou-com-a-constituicao-de-1988-2206963.html#censura>.

# EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIVERSIDADE: A EMERGÊNCIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

## 1. Origem do conceito

Este conceito tem origem nos Estados Unidos, no início da década de 1960, com o presidente John Kennedy, como forma de promover a igualdade entre brancos e negros. A sociedade norte-americana vivia um momento de articulação, em busca da ampliação dos direitos civis, cuja principal bandeira era a extensão de oportunidades para todos.

Diante do aumento das tensões raciais, o governo norte-americano começou a eliminar as leis segregacionistas, então vigentes no país. Ao mesmo tempo, o Movimento Negro ganhava força e suas lideranças tiveram reconhecimento nacional. Com o apoio de alguns setores brancos da sociedade, a luta por igualdade de direitos avança na sociedade norte-americana. É nesse contexto que surgiu a ideia de **ações afirmativas**, exigindo que o Estado assumisse uma postura mais ativa em relação à promoção de melhores condições de vida para a população negra do país.

## 2. O caráter das ações afirmativas

Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente. Seu objetivo é eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos e de gênero, entre outros. Portanto, as ações afirmativas visavam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado.



Há também as ações afirmativas desenvolvidas fora do Estado, por meio de instituições da sociedade civil com autonomia para decidir suas propostas, como partidos políticos, sindicatos, centrais sindicais, igrejas, escolas, etc. As ações afirmativas promovidas pela sociedade civil podem ser temporárias ou não.

## 3. Ações afirmativas no Brasil

A retomada da democracia no Brasil permitiu que alguns movimentos sociais passassem a exigir uma postura mais ativa do poder público diante das questões de raça, etnia e gênero, reivindicando ações afirmativas para a solução destes problemas.

No dia 13 de maio de 1996, foi lançado o **Programa Nacional dos Direitos Humanos**, pela então recém-criada Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Ali, se estabelecia como um de seus objetivos “desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta.”

**Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH:** é um programa do governo federal, criado com base no art. 84, inciso IV, da Constituição, pelo Decreto nº 1904 de 13 de maio de 1996, “contendo diagnóstico da situação desses direitos no País e medidas para a sua defesa e promoção, na forma do Anexo deste Decreto”. Já existem três versões do PNDH. As versões I e II foram publicadas durante o governo FHC, e a última, ou PNDH III, foi publicada no final de 2009, no governo Lula.

As propostas, ou temas de debate, sugeridos pelos Planos Nacionais de Direitos Humanos não têm valor de Lei; para serem aplicadas, suas propostas precisam antes ser discutidas no Congresso Nacional. Se eventualmente forem aprovadas pelo Congresso Nacional, então sim poderão vir a se tornar Leis. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Programa\\_Nacional\\_de\\_Direitos\\_Humanos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_Nacional_de_Direitos_Humanos).

Entre as medidas classificadas como ações afirmativas, podemos citar: a contratação e promoção de membros de grupos discriminados no emprego; sistemas de cotas, bolsas de estudos e bônus, na educação; reparações financeiras, distribuição de terras e habitação e políticas de valorização identitária.

#### 4. O que é o ciberespaço?

Ciberespaço é um ambiente em que não é necessária a presença física do homem para construir a comunicação como fonte de relacionamentos. Dá-se ênfase ao ato da imaginação, necessária para se criar uma imagem anônima, um *avatar*, que terá contato com os demais. É o espaço virtual para comunicação disposto por meio de tecnologia

Apesar de a internet ser o principal ambiente, devido à sua popularização e as possibilidades do hipertexto, o ciberespaço pode ocorrer também na relação do homem com outras tecnologias, como o celular, comunicação entre radioamadores, etc.

#### 5. Educação e o ciberespaço

Devido ao avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs), a sociedade atual está sendo denominada “sociedade da informação”, com forte impacto nos processos educacionais.

A rede mundial de computadores permite o fluxo de informações em diversos níveis e formatos. A relação do homem com o tempo e o espaço tem passado por profunda transformação, dada a velocidade com que circulam as informações.



Segundo Levy, “a perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade.” O “lugar virtual”, o ciberespaço, está apoiado em quatro eixos: o tempo real, a desterritorialidade, a imaterialidade e a interatividade.

#### 6. Informação x conhecimento

Nesse contexto tecnológico, é muito importante saber diferenciarmos informação de conhecimento: a **informação** é a matéria-prima não processada, enquanto o **conhecimento** seria a sistematização dessas informações em saberes.

## 7. Cidadania e Globalização

A utilização das novas TICs é um dos principais componentes do processo de globalização. Nesse sentido, Otávio Ianni afirma que a globalização pode ser definida "como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distintas, de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos que ocorrem a milhas de distância e vice-versa." Para alguns teóricos, isto modifica a ideia de cidadania.

### 8. Cidadania e o ciberespaço

Alguns estudiosos apontam para o fenômeno da cidadania virtual ou cibercidadania. Se no plano físico, a cidadania é geralmente relacionada aos princípios da territorialidade e identidade, no plano virtual, há uma "desterritorialidade", isto é, uma cidadania operante no ciberespaço.

O uso das novas tecnologias permite uma maior participação das pessoas na vida pública, causando grande impacto na tomada de decisões, visto que as opiniões da população circulam com maior velocidade. Nesse sentido, faz-se urgente a promoção da inclusão digital, que permitirá uma maior conectividade/sociabilidade aos cidadãos.



<http://www.jornaldaparaiba.com.br/heldermoura/page/26/>

É importante frisar que a ideia de uma *cibercidadania* não substitui a prática da cidadania no mundo real presencial. A mobilidade propiciada pelas novas tecnologias, principalmente as tecnologias de comunicação móveis, possibilita que indivíduos e grupos de diferentes lugares encontrem-se e agrupem-se fisicamente, e não apenas virtualmente. Temos, como exemplo, o uso das novas tecnologias como instrumento de mobilização de milhares de pessoas nos protestos ocorridos por todo Brasil recentemente.





### **A ameaça do AI-5 Digital – Silenciosa refrega em torno do temível projeto de Eduardo Azeredo**

É na comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, que, em silêncio, se desenrola uma batalha crucial para o futuro da internet no Brasil. Lá, em junho de 2011, o deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG) tentou ressuscitar o malfadado PL 84/1999, também conhecido pela singela alcunha de “AI-5 Digital”. A comparação com o ato institucional da ditadura, implantada pelo golpe de 1964, não é aleatória. Assim como o coirmão gestado pelos generais da linha-dura de então, o projeto de Azeredo prevê a implantação de um sistema de vigilância, intimidação e criminalização de diversos direitos dos internautas brasileiros – hoje em torno de 80 milhões de pessoas.

[...] Eleito deputado federal, em 2010, Azeredo tornou-se relator do próprio projeto na Câmara e decidiu levar a diante a briga comprada por ele em nome dos bancos e das empresas de entretenimento. Antes, ainda no Senado, tentou emplacar uma lei para censurar ativismo político na internet durante as eleições daquele ano, tarefa inglória e, felizmente, malsucedida dividida com o colega Marcos Maciel (DEM-PE), que acabou não reeleito.

A primeira reação veio, justamente, da rede mundial de computadores: 120 mil pessoas assinaram uma petição online com o pedido de interdição do “AI-5 Digital”. Em seguida, a Comissão aprovou um requerimento da deputada Luciana Santos (PCdoB-PE) e retirou de pauta a análise do texto. “Há exageros na criminalização comparados a exageros existentes no Código Penal. Na verdade, o crime na internet é contra a liberdade individual. Temos de levar em conta essas situações”, disse a deputada no pedido enviado à Câmara.[...]

**FORTES, Leandro. A ameaça do AI-5 Digital. Silenciosa refrega em torno do temível projeto de Eduardo Azeredo. Revista Carta Capital, ano XVII, n. 682, p. 34-35, fev. 2012.**

### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ENGUITA, Mariano Fernández. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 37, 1989.

FILIZOLA, Roberto. Muita terra, poucos donos. Revista Carta Capital na Escola, n. 24, p. 57, março, 2008.

FORTES, Leandro. A ameaça do AI-5 Digital. Silenciosa refrega em torno do temível projeto de Eduardo Azeredo. Revista Carta Capital, ano XVII, n. 682, p. 34-35, fev. 2012.

JAEGER, Werner. Paideia: a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação e Ensino na obra de Marx e Engels. São Paulo: Alínea, 2011.

RODRIGUES, Marly. A década de 1950: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. São Paulo: Ática, 1996.

RUY, Carolina. Coração de Estudante. Revista História Viva. São Paulo: Ano IV, n. 43, maio 2007, p.94.

VITA, Álvaro de. Sociologia da sociedade brasileira. São Paulo: Ática, 1994.